

111 mortos em acidentes de viação durante o mês de Abril em Moçambique

Mais 20 pessoas morreram nas estradas nacionais na semana finda elevando para 111 o número de óbitos em acidentes de viação registado durante o mês de Abril em Moçambique.

Texto: Redacção

Durante a última semana do mês passado a Polícia de Trânsito registou 29 acidentes de viação causados por excesso de velocidade, má travessia de peões e condução sob efeito do álcool onde 20 pessoas pereceram e 49 ficaram feridas, 23 das quais com gravidade.

Contas feitas pelo @Verdade indicam que pelo menos 111 pessoas morreram durante o mês de Abril no nosso país apesar da fiscalização intensa que tem sido levada à cabo pelas autoridades.

Na semana finda mais 51.636 viaturas foram fiscalizadas e entre elas 607 foram apreendidas e 35 indivíduos detidos por condução ilegal. Foram também apreendidas 339 cartas de condução, 140 licenças e passadas 6.660 multas de acordo com um comunicado do Comando da Polícia da República de Moçambique.

Banco de Moçambique surpreendido com forwards e SWAPs na banca revê Lei Cambial e trava depreciação do Metical



Os bancos comerciais e algumas das principais empresas exportadoras e importadoras aproveitaram a flexibilização da Lei Cambial para ganharem milhões através de transacções forwards e SWAPs. “Nós no banco central, infelizmente, fomos apanhados em contrapé”, admitiu Felisberto Navalha, Administrador do Banco de Moçambique (BM) que revelou que essas operações foram suspensas pois as grandes empresas chegavam aos bancos e “começaram a fazer leilões de taxas de juro com prazo de duas, três ou quatro semanas e o mercado não está regulamentado para isso”. Durante o primeiro mês de vigência da suspensão a depreciação do Metical foi interrompida.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: CTA

continua Pag. 02 →

Meio milhão de pessoas será vacinada contra cólera em Cabo Delgado, surto “controlado” no Centro de Moçambique

Aproximadamente meio milhão de moçambicanos vão ser vacinados contra a cólera na Província de Cabo Delgado, que tenta reerguer-se após o Ciclone Kenneth. No Centro de Moçambique o surto que eclodiu após o Ciclone Idai está “controlado”, graças a vacinação de cerca de 900 mil pessoas contudo a Directora Nacional de Saúde apela: “é importante a melhoria das condições de saneamento do meio para nós conseguirmos cortar completamente a cadeia de transmissão”. O drama é que aumentaram para 9.759.842 os moçambicanos que ainda usam latrinas não melhoradas e cresceu para 20.412.291 os cidadãos que consomem água não potável.

Texto: Adérito Caldeira

Duas semanas após a devastação causada pelo Ciclone Kenneth as autoridades de saúde trataram de 109 doentes com cólera e 388 com outras doenças diarreicas, no entanto sem nenhuma vítima mortal.

“Estamos a espera que a vacina chegue no domingo (12) para começar a vacinar o mais rápido possível e reduzir a ocorrência de doenças diarreicas” disse a jornalista nesta quinta-feira (09) a Directora Nacional de Saúde, Rosa Marlene que precisou: “Temos a hipótese de fazer duas rondas, vamos vacinar 250 mil pessoas na primeira ronda e outras 250 mil na segunda”.

Relativamente ao surto que eclodiu no Centro de Moçambique e infectou 6.746 pessoas, das quais oito morreram, Rosa Marlene declarou que “está controlado neste momento, porque vacinamos e as pessoas tem um certa defesa que permite a redução da transmissão, mas é importante a melhoria das condições de saneamento do meio para nós conseguirmos cortar completamente a cadeia de transmissão. A vacinação por uma dose dá uma protecção imunológica de defesa de mais ou menos oito meses, mas não é 100 por cento”.

A Directora Nacional de Saúde explicou que a vacina “é um paliativo, não vai resolver o problema da cólera, a vacina é para reduzir a transmissão”.

“Nós distribuímos redes mosquiteiras e estamos a fazer pulverização intra domiciliária mas essas intervenções todas são para redução do impacto e não para resolver o problema de base. Como nós sabemos o problema de base está no meio ambiente. É no meio ambiente onde se desenvolve e cresce o vibrião da cólera nas mesmas condições em que cresce o mosquito da malária, que é a existência de água estagnada, existência de dejectos humanos não bem geridos, não utilização de latrinas faz com que a gente seja predisposta a doenças diarreicas”, detalhou.

9.759.842 os moçambicanos ainda usam latrinas não melhoradas e 20.412.291 cidadãos consomem água não potável

A responsável da Saúde afirmou que o foco dos moçambicanos deve ser a educação para a mudança de comportamento. “Nós quando falamos de mudança de comportamento olhamos para



a direita e para a esquerda, mas qualquer um de nós, infelizmente, contribui para estes problemas ambientais”.

“28 milhões de moçambicanos, se cada um de nós aprender a gerir o seu lixo não vamos ter doenças diarreicas nem vamos ter cólera. Se cada um de nós aprender a gerir bem os seus dejectos humanos não vamos ter doenças diarreicas nem vamos ter cólera”, apelou Rosa Marlene.

Contudo a Directora Nacio-

continua Pag. 02 →

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o

XICONHOCA

da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - Banco de Moçambique surpreendido com forwards e SWAPs na banca revê Lei Cambial e trava depreciação do Metical

O BM proibiu, desde o passado dia 4 de Abril, nas operações de compra e venda de moeda estrangeira: “O recurso à taxa de câmbio a prazo; O aprovisionamento de contas em moeda estrangeira por conversão de fundos provenientes de contas em moeda nacional.”

“A compra e venda de moeda estrangeira só deve ocorrer por aplicação da taxa de câmbio à vista, em vigor na data e no momento da realização da operação”, determinou ainda o banco central através do Aviso nº5/GBM/2019.

Estas proibições surgem do aproveitamento que algumas grandes empresas a operarem em Moçambique, que obtêm milhões de dólares através da exportação, fizeram desde em Outubro de 2018 quando o banco central aboliu o imperativo que existia da conversão em 90 dias de 50 por cento da retenção no repatriamento das receitas de exportação.

“As grandes empresas no país chegavam aos bancos e em vez de serem meros compradores de divisas a empresas começaram a ser operadores cambiais, começaram a fazer leilões de taxas de juro com prazo de duas, três ou quatro semanas e o mercado não está regulamentado para isso” revelou nesta quinta-feira (09) o Administrador do Pelouro de Estabilidade Monetária do BM.

Um dos principais oradores do Economic Briefing da Confederação das Associações Económicas (CTA), Felisberto Navalha esclareceu que através de operações cambiais à prazo, denominadas forwards,

e da negociação de um câmbio fixo e previamente acordado, SWAPs, os bancos comerciais e algumas grandes empresas encontraram uma nova forma de ganhar dinheiro mesmo durante estes anos de aguda crise económica e financeira em Moçambique.

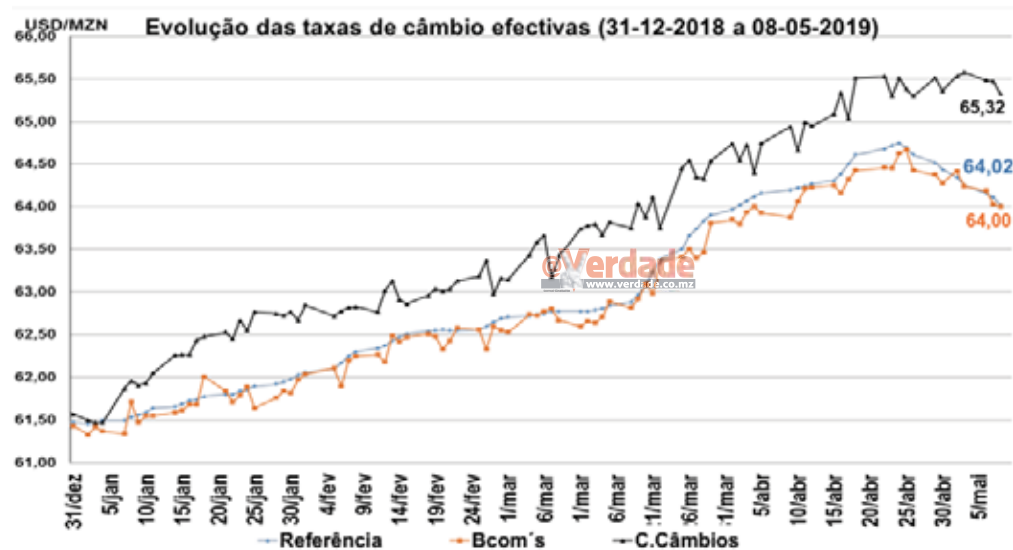
“O que aconteceu com forwards e SWAPs é que os bancos e as empresas adiantaram-se, começaram a fazer esse tipo de transações e não há normativo para isso. Nós no banco central, infelizmente, fomos apanhados em contrapé, percebemos o que os bancos estavam a fazer, o que as empresas faziam que o fizessem, era um produto que o mercado realmente precisa, mas a dado passo, por falta de normativo, começou a haver um mau uso”, explicou.

Nova norma do Banco de Moçambique travou forwards e SWAPs de 150 milhões de Dólares em apenas 1 mês

De acordo com Navalha o banco central apercebeu-se “que esses produtos estava a gerar outro tipo de situações no mercado e valia a pena parar e regularizar. Neste momento o que estamos a fazer é, uma equipa multisectorial do banco a trabalhar muito arduamente, trazer um normativo específico de como é que estes produtos forwards e SWAPs pode ser implementado em Moçambique sem criar distúrbios que estavam a acontecer”, enquanto isso essas operações foram suspensas através do Aviso nº5/GBM/2019.

II. Conjuntura Doméstica

Evolução das Taxas de Câmbio



Previdendo a inclusão financeira e a valorização do Metical

Fonte: BM

O Administrador do BM disse ainda que graças a esta decisão foi possível inverter a depreciação da moeda moçambicana, que passou de 58,59 por Dólar em Setembro de 2018 chegou a ser transaccionado acima de 65 Meticais por Dólar em Abril.

É que com a entrada em vigor da nova norma do Banco de Moçambique algumas empresas que encaixaram cerca de 150 milhões de Dólares, de exportações que efectuaram, não os puderam transaccionar em operações cambiais com os bancos comerciais e tiveram de colocar esse dinheiro no Sistema Financeiro o que possibilitou ao Metical recuperar nas últimas semanas até 64,55

por Dólar, ao câmbio desta quinta-feira (09).

“O facto de não haver forwards e SWAPs os bancos quando hoje são confrontados pelo seu cliente exportador quer vender, sobretudo quando a taxa de câmbio começa a cair ele quer se desfazer dos dólares, como o banco não pode fazer forward ao importador ele tem que colocar no sistema (financeiro), ontem (quarta-feira, 08) no sistema estávamos com quase 60 milhões de Dólares disponíveis para os bancos comprarem porque já não há transacções futuras. Isso em alguma também ajudou a por alguma calma porque o mercado estava muito agitado com essas operações forwards

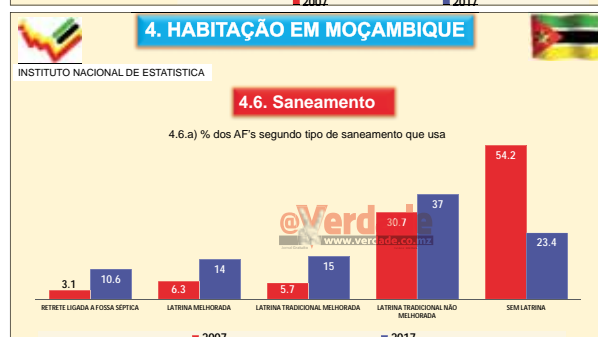
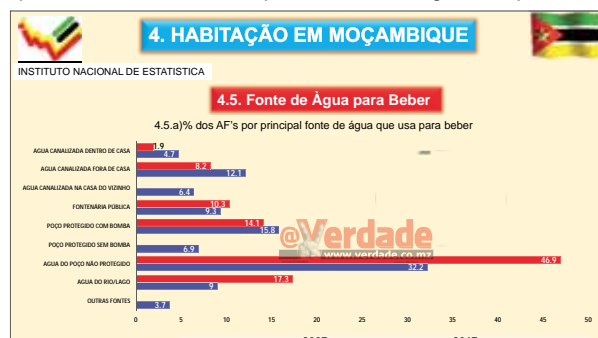
e SWAPs”, declarou Felisberto Navalha.

O Administrador do banco central acrescentou: “Não estou a dizer que vai ser assim para sempre, mas um dos impactos que nós queríamos era cliente chegou ao banco e ao câmbio do dia comprou, o cliente chegou ao balcão e ao câmbio do dia vendeu. O que acontecia antes era chegava ao balcão e não tinha dólares negociava um câmbio futuro a espera que esses dólares chegassem um dia, e como o mercado não estava regulamentado a protecção desses instrumentos que era interna gerava-se desestruturação desnecessária por falta de regras, essa foi a razão porque tivemos de suspender”.

→ continuação Pag. 01 - Meio milhão de pessoas será vacinada contra cólera em Cabo Delgado, surto “controlado” no Centro de Moçambique

nal de Saúde não está completamente correcta, para além da mudança de comportamento que os moçambicanos devem ter existe o imperativo do Governo do partido Frelimo criar as condições básicas de saneamento do meio e prover o acesso a água seguro, de preferência potável e canalizada até as habitações de cada umas das 6.145.684 famílias existentes em Moçambique.

Aliás o os resultados definitivos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação que indicam o número de moçambicanos que ainda usam latrinas não melhoradas cresceu de 6.395.809 em 2007 para 9.759.842 em 2017 paralelamente aumentaram de 17.941.157 para 20.412.291 a quantidade de cidadãos que consomem água não potável.



Renamo quer que Dhlakama, “pai da democracia e descentralização”, seja herói nacional em Moçambique

A Comissão Política da Renamo revelou nesta quinta-feira (09) que pretende que Afonso Dhlakama, o “pai da democracia e descentralização moçambicanas”, seja declarado herói nacional em Moçambique. Sobre o processo de Paz o maior partido de oposição disse que aguarda que os seus dez oficiais gerais sejam nomeados para os cargos de Comando e Chefia no Comando Geral da Polícia da República de Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira

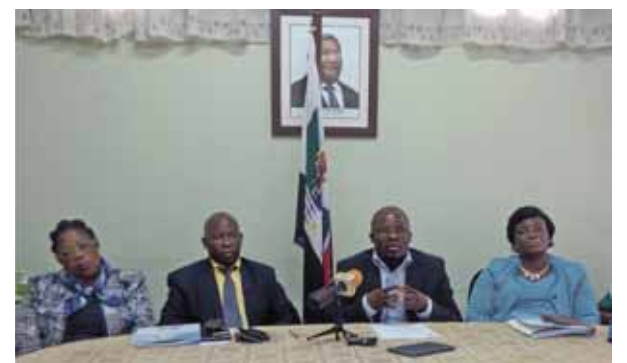
“Em reconhecimento da dedicação, abnegação e sacrifício consentidos pelo saudoso presidente Afonso Machacho Marceta Dhlakama, pai da democracia e descentralização moçambicanas, os conselheiros foram unânimes em declará-lo herói nacional”, declarou Alfredo Magumisse, o porta-voz do órgão, após reunião ordinária decorrida em Maputo, acrescentando que o Conselho jurisdicional do partido Renamo foi instruído a “encetar todas as diligências junto das instituições competentes para o alcance deste desiderato de herói nacional”.

Questionado pelo @Verdade relativamente ao atraso no processo de pacificação, que o presidente do partido Frelimo disse na passada sexta-feira (03) ser responsabilidade do partido Renamo, Magumisse afirmou: “Se o Governo fizer o seu trabalho hoje, amanhã nós vamos dar o passo seguinte, de acordo com o Memorado (de Entendimento Sobre Assuntos Militares)”.

“A lista já foi entregue, neste caso são oficiais gerais que devem ser nomeados, quem os nomeia é o Comandante

em Chefe, o Presidente da República. Antes que o faça a Renamo não pode dar outro passo”, esclareceu Alfredo Magumisse em alusão a lista mista de dez oficiais que devem ser enquadrados em lugares de Comando e Chefia no Comando Geral da Polícia da República de Moçambique entregue no passado dia 15 de Abril, mas que deveria ter entregue em Agosto de 2018.

O porta-voz da Comissão Política do maior partido de oposição em Moçambique voltou a exigir a demissão “imediata” do director-geral do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral, Felisberto Naife, a quem responsabiliza pessoalmente pela “avaria dos mobile ID, falta de fontes alternativas de energia, falta de boletins de recenseamento, avarias constantes de impressora e outros materiais necessários para o trabalho” do Recenseamento eleitoral que



decorre desde o passado dia 15 de Abril e está previsto findar a 30 de Maio.

De acordo com o partido Renamo 329 postos de recenseamento eleitoral não estão a funcionar nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia, Manica e Sofala.

Magumisse denunciou ainda uma alegada “interferência abusiva e ilegal” de secretários dos grupos dinamizadores e líderes comunitários “que impedem a inscrição de cidadãos que acham serem dos partidos de oposição.

Xiconhoquices

Tráfico de armas

É preocupante o tráfico de armas de fogo no nosso país. Por exemplo, as armas de grande calibre, fabricadas na República Checa, usadas por caçadores furtivos de rinocerontes na África do Sul, são adquiridas em lojas de caça em Maputo com a conivência de funcionários de alto escalão nos ministérios do Interior, Turismo e Agricultura. Uma das empresas de armas tem ligações com o Ministério da Defesa, com o SISE e ao filho do Presidente Filipe Nyusi. Essa situação mostra claramente que o tráfico de armas e a caça furtiva são “patrocinados” por indivíduos ligados ao partido no poder, o que de certa maneira revela que não haverá um fim a vista à curto ou médio prazo desse mal. Quanta Xiconhoquice!

Comité Central Frelimo

Teve lugar a terceira sessão do Comité Central do partido Frelimo e, como sempre, não trouxe nada de novo para os moçambicanos. Aliás, foi mais um momento de exaltação da figura de Filipe Nyusi que, num acto de pré-campanha, anunciou que a assistência humanitária às vítimas dos ciclones, o esclarecimento das dívidas ilegais dentre outros dramas enfrentados pelos moçambicanos deixaram de ser prioritários, afirmando que nos próximos meses o mais importante projecto para o partido e o Governo da Frelimo é vencer as eleições. Pior ainda, na sua vaidade política, o partido avaliou positivamente os cinco anos de (des) governação.

Taxas de juro altas

Os moçambicanos continuam a ser sufocados com elavadas taxas de juros praticados pelas instituições bancárias no país. Aliás, o Banco de Moçambique (BM) e os bancos comerciais mantiveram, pelo 4º mês consecutivo, a Prime Rate do Sistema Financeiro acima dos 20 por cento as taxas de juro a retalho. Os spreads da banca não mudam desde Outubro de 2018. Essa realidade vem colocar por terra toda propaganda sobre a retoma da economia nacional. A verdade é que os moçambicanos têm estado a ser enganados por um bando de indivíduos que não estão preocupados com o sofrimento do povo.

Editorial

averdademz@gmail.com

Precisa-se de um Governo sério

A seriedade de um país vê-se em pequenos actos, como é o caso do investimento feito pelo Governo de turno. O caso de Moçambique fica claro que os moçambicanos estão entregues a sua própria sorte. Há quatro décadas que o Governo da Frelimo tem estado a retardar o desenvolvimento do país, implantando as suas políticas terroristas contra a população.

É deveras preocupante que, volvidos 44 anos de Independência, o país continue a debater-se com problemas básicos, como é o caso de transporte público. Todos os dias, os moçambicanos são obrigados a arriscar as suas próprias vidas para se deslocarem de um ponto para outro. Desde os meios aéreos, passando pelos terrestres até aos marítimos e fluviais, a situação é a mesma: a precariedade dos serviços prestados.

Relativamente ao transporte mari-

timo, a realidade é gritante. Quase sempre há registos de naufrágio. Por exemplo, nesta semana, pelo menos dez pessoas morreram e 13 estão desaparecidas na sequência do naufrágio, de uma pequena embarcação que fazia o transporte de passageiros entre os distritos de Chinde e Marromeu, nas Províncias da Zambézia e de Sofala, respectivamente.

Esse tipo de acidentes tem como principal responsável o Governo da Frelimo que tem estado a permitir que os moçambicanos continuem a ser transportados em embarcações precárias, enquanto dá primazia à Cidade de Maputo e arredores na alocação dos transportes públicos.

Enquanto o Governo da Frelimo continuar a liderar este país, os moçambicanos continuarão a assistir a mais tragédias dessa natureza. O caso particular de Chinde e Marromeu, a viagem, que dura pelo me-

nos 5 horas, acontece sem as mínimas condições de segurança. Na verdade, as viagens são efectuadas em embarcações frágeis desde que o batelão que operava na região avariou em 2015 e desde, então aguarda por cerca de 10 milhões de Meticais para a sua reabilitação.

Na sua habitual e estúpida decisão, o Ministério dos Transportes e Comunicações rapidamente criou uma equipa de burocratas baseados nos escritórios climatizados de Maputo para olhar para a situação e apurar as circunstâncias e causas do acidente. Não é necessário um inquérito para se chegar a conclusão de que as tragédias sem devem ao descaso do Governo da Frelimo.

O mais caricato, portanto, nessa história toda é que o Governo da Frelimo endividou os moçambicanos em 2,2 biliões de Dólares norte-americanos para comprar barcos que não os servem.

Sociedade

Lançada Plataforma de Gestão do Sistema de Informação do Mercado do Trabalho

O País conta, a partir da quinta-feira, 9 de Maio, com uma Plataforma de Gestão do Sistema de Informação do Mercado do Trabalho, lançada pela Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, e que vai imprimir uma nova dinâmica na análise do comportamento do sector com base em estatísticas fiáveis.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Trata-se de uma plataforma que vai permitir, igualmente, a formulação de políticas e programas de desenvolvimento de habilidades, a criação de oportunidades de emprego digno, bem como o crescimento e a integração económica.

Na ocasião, a Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social referiu que a plataforma vai assegurar o processamento de informação de diversas fontes, de forma integrada, tornando, assim, possível o cruzamento de dados da procura e da oferta para identificar as oportunidades e os desequilíbrios no mercado de trabalho.

Através desta plataforma, prosseguiu a ministra, “vai ser possível ponderar sobre as competências produzidas pelas instituições de ensino e formação, afigurando-se, assim, como uma ferramenta de referência para possíveis reformas curriculares”.

Nesse sentido, Vitória Diogo apelou às diversas fontes de informação, internas e externas, a partilharem dados de qualidade, actuais e úteis para que a plataforma desempenhe o seu papel no mercado de trabalho.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a entrada em funcionamento desta plataforma vai garantir uma melhor compreensão do mercado, o que vai resultar na formulação de políticas, com base em estatísticas sólidas, obtidas a partir de informações, dados e análises fornecidas por diversas fontes.

“Um dos grandes desafios para as economias em desenvolvimento é determinar a oferta e a demanda de mão-de-obra no mercado de trabalho. À medida que as economias crescem, torna-se imperativo que as informações mais relevantes sobre a mão-de-obra estejam prontamente disponíveis, para a tomada de decisões políticas e técnicas, daí a importância desta plataforma”, considerou o representante da OIT em



Moçambique, Edmundo Werna.

Por seu turno, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), representado na cerimónia por Pietro Toigo, comprometeu-se a trabalhar com o Governo moçambicano para aumentar o investimento no capital humano, bem como no capital físico e no incremento da produtividade da força de trabalho, principalmente em sectores produtivos, tais como a agricultura, engenharias e infraestruturas.

“Aumentar a eficiência do mercado de trabalho em Moçambique é uma prioridade, pois vai permitir responder aos desafios do dividendo demográfico. Moçambique regista um grande aumento do número de pessoas que entram no mercado de trabalho e precisávamos de uma ferramenta que pudesse alinhar a oferta e a demanda de trabalho, com vista a uma melhor análise dos mecanismos de trabalho para dar oportunidade aos jovens”, disse Pietro Toigo, referindo-se à importância da plataforma, ora lançada.

Importa realçar que a análise e tratamento de dados sobre o mercado de trabalho, bem como a gestão da plataforma são da responsabilidade do MITESS, através da Direcção Nacional de Observação do Mercado de Trabalho.

Xiconhoca

Filipe Nyusi

O Presidente da República, Filipe Nyusi, é uma autêntica vergonha para os moçambicanos. O sujeito passou os seus sensivelmente cinco anos de governação fazendo campanha eleitoral, para além de proferir mentiras sobre a situação económica do país. Além disso, o Xiconhoca em nenhum momento expeliu uma palavra sequer sobre as dívidas contraídas ilegalmente por membros do seu partido.

Deputada Alice Tomás

Há figuras cuja idoneidade e sanidade mental é deveras questionável. É o caso da deputada da banca parlamentar da Frelimo na Assembleia da República, Alice Tomás. A Xiconhoca, numa atitude que demonstra o quão estúpida e ignorante é, apelou nas redes sociais para violação sexual à activista e jornalista Fátima Mim-bire. Num país normal, esta Xiconhoca já deveria ter sido detida pelo seu repugnante comentário.

Governo

O Governo da Frelimo é, sem sombras de dúvidas, um bom exemplo de fracasso. Aliás, em quatro décadas de Independência Nacional, o Governo tem estado a promover o atraso de algumas regiões do país. Exemplo disso é decidiu alocar autocarros apenas para Maputo, Matola e Boane, enquanto o resto do país não tem transportes públicos. O pior de tudo é que em várias zonas do país os moçambicanos usam embarcações precárias para se deslocar, correndo riscos de naufrágios.

Se tens alguma
denúncia ou queres
contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Ficha Técnica

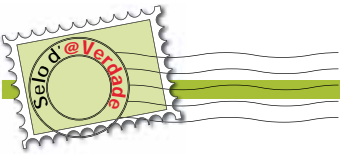
NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telefóvel: +258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telefóvel: +258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.



Desempenho eleitoral do MDM e seus dissidentes nas Eleições Autárquicas de 2013 e 2018

Introdução

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM), tem vindo a enfrentar sucessivas crises desde a sua criação por Daviz Simango e outros dissidentes da Renamo, na Beira em Setembro de 2008. Uma das primeiras e mais visíveis crises deu-se em 2011 quando Ismael Mussá, na altura secretário-geral, alegando gestão autoritária de Daviz Simango e a captura do partido pela sua família, demitiu-se do cargo.

Ainda em Nampula, a crise no MDM viria a agudizar-se quando em 2016, o então presidente do Município local, Mamudo Amurane, entrou em rota de colisão com Daviz Simango, a quem acusava de gestão ditatorial do partido e de tentativas de “linchagem política” por parte deste (Senda & Nhampossa 2016). No meio desta tensão, Amurane foi assassinado em circunstâncias ainda não esclarecidas a 4 de Outubro de 2017.

Alguns desertores do MDM juntaram-se a outros partidos, com destaque para a Renamo, como por exemplo, Venâncio Mondlane¹, Manuel Araújo², Geraldo Carvalho³ e Ricardo Tomás⁴ nas vésperas das eleições autárquicas de 2018; outros, particularmente os da província de Nampula, preferiram criar novos partidos políticos ou associações com vista a participar nas eleições. São exemplos, deste último caso, Mário Albino e Estêvão de Fátima, que também já tinham militado na Renamo. O primeiro abandonou o MDM em 2011 e apresentou-se nas eleições autárquicas de 2013 pela Associação para Educação Moral e Cívica na Exploração dos Recursos Naturais (ASSEMONA) e em 2018, pelo Partido Acção do Movimento Unido para Salvação Integral (AMUSI) e o segundo, abandonou o partido de Daviz Simango em 2014, criando um novo partido denominado Movimento Alternativo de Moçambique (MAMO) com o qual concorreu nas eleições autárquicas de 2018.

Este texto tem como objectivo, analisar o desempenho eleito-

ral das organizações políticas formadas por dissidentes do MDM, comparando os seus resultados com os do MDM nos dois últimos pleitos eleitorais. Para este propósito, toma-se o exemplo da ASSEMONA, AMUSI e MAMO nas eleições locais de 2013 e 2018.

A ASSEMONA e o MDM nas eleições de 2013

Como já referido, após a sua saída do MDM, Mário Albino anunciou a sua candidatura para as eleições locais de 2013 através da ASSEMONA.

Dos 53 municípios em disputa em 2013, a ASSEMONA concorreu em apenas cinco e todos eles da província de Nampula, nomeadamente, cidade de Nampula, Angoche, Nacala-Porto, Monapo e Ribaué⁵. Excluindo Angoche, onde a ASSEMONA foi a segunda mais votada, com 24.4% para o seu candidato à presidência do município e 24,2% para a Assembleia municipal (correspondentes a 7 mandatos), contra 5,9% e 5,1% (correspondentes a 1 mandato) para o MDM, noutros municípios, a sua participação foi um desastre, tendo sistematicamente sido ultrapassada pelo partido de Daviz Simango que foi o mais votado, depois da Frelimo, o partido que saiu vencedor em todas as autarquias da província de Nampula, com excepção da capital. A tabela 1 dá uma ideia do desempenho eleitoral da ASSEMONA nas eleições de 2013 em comparação com os resultados do MDM nos mesmos locais em que estiveram em competição.

Tabela 1. Resultados eleitorais do MDM e ASSEMONA em Nampula (2013)						
Municípios	Resultados					
	MDM			ASSEMONA		
	Presidenciais (%)	Municipais (%)	Mandatos	Presidenciais (%)	Municipais (%)	Mandatos
Cidade de Nampula	25.9	26.5	24	0.98	1.3	0
Angoche	5.9	5.1	1	24.4	24.2	7
Nacala Porto	8.5	11.2	4	-	1	0
Monapo	28.1	28.1	6	1.5	1.4	0
Ribaué	25.9	26.5	3	1.4	1.3	0

Fonte: Hanlon (2013)

Estas eleições que contavam com a ausência do maior partido da oposição, Renamo, que as boicotara alegando que a lei eleitoral e a composição da Comissão Nacional de

Eleições (CNE) estavam sob o controlo total da Frelimo, viram o MDM, que concorria pela primeira vez a nível local, conquistar quatro dos 53 municípios em disputa: Beira, Nampula, Quelimane e Gurué. Para além disso, o MDM conseguiu assentos em todas as assembleias municipais com a excepção do município de Nyamayabue, na província de Tete.

Entretanto, um pouco após as eleições de 2013, a ASSEMONA viria a entrar em crise com a saída em 2014, de Ossufo Rajá para a Renamo. É importante referir que Rajá fora o único que conseguira obter resultados significativos para a ASSEMONA em Angoche. Mais ainda: a ASSEMONA contribuíra com sete dos oito assentos obtidos por grupos de cidadãos concorrentes às eleições locais de 2013⁶. Logicamente, que a saída de Rajá, o único que obtivera resultados animadores, enfraqueceu a ASSEMONA⁷.

AMUSI, MAMO, MDM e as eleições locais de 2018

A AMUSI e o MAMO foram criados em 2015 e 2016, respectivamente, e, como referido, os seus líderes queixavam-se de tribalismo, nepotismo e falta de transparência na gestão do MDM. Entretanto, a diferença entre estes dois partidos, reside no facto de a AMUSI, ter como origem, a ASSEMONA.

Com o assassinato do antigo edil da cidade de Nampula, Mamudo Amurane, que como mencionámos, ocorreu num

momento de grande crispação entre este e a direcção do MDM, foram convocadas eleições intercalares para 24 Janeiro de 2018. Entre os dois partidos formados por dis-

sidentes do MDM, apenas a AMUSI participou, tendo obtido 4.2% dos votos, atrás do MDM que obteve 10%. Esta eleição foi caracterizada pelo facto de nenhum dos candidatos ter obtido mais de 50% dos votos, o que obrigou a realização de uma segunda volta, entre os dois partidos mais votados (Frelimo e Renamo) que terminou com a vitória da Renamo e do seu candidato. A vitória da Renamo, acentuava ainda mais a crise no MDM, que perdia assim um dos quatro municípios que tinham sido ganhos em 2013.

A 10 de Outubro de 2018, foram realizadas as quintas eleições autárquicas no país. Diferentemente das anteriores, estas eleições ocorriam num contexto de algumas reformas eleitorais acordadas entre o governo e a Renamo, preconizando entre outros aspectos, que a eleição do presi-

to para o MDM assim como para a AMUSI e o MAMO, os resultados eleitorais foram desastrosos. Por exemplo, dos 42 assentos que detinha em Nampula em 2013, o MDM passou para 10 e em todos estes municípios aparece como terceiro mais votado; A AMUSI, cuja origem é a ASSEMONA e o MAMO, não obtiveram nenhum mandato.

A participação da Renamo nestas eleições e a crise por que passava o MDM foram cruciais para os maus resultados obtidos por este partido que perdeu todos os municípios que conquistara em 2013, à excepção da Beira, a favor da Renamo (Nampula e Quelimane) e Gurué para a Frelimo. A tabela 2 mostra os resultados obtidos pela AMUSI e MAMO nas eleições de 2018, contrastando-os com os obtidos pelo MDM nos locais em que estavam em competição.

Tabela 2. Resultados eleitorais do MDM e dos partidos dos dissidentes em 2018						
Municípios	RESULTADOS					
	MDM		AMUSI		MAMO	
	Votos (%)	Mandatos	Votos (%)	Mandatos	Votos (%)	Mandatos
Cidade de Nampula	6.23	3	1.11		0.61	0
Angoche	4.37	1	1.39	0	-	-
Nacala Porto	2.8	1	1.58	0	-	-
Monapo	3.09	1	2.16	0	-	-
Ribaué	8.18	1	2.50	0	-	-
Malema	8.24	1	1.32	0	-	-
Ilha de Moçambique	11.53	2	1.72	0	-	-
Quelimane	4.07	1	-	-	0.67	0
Mocuba	2.64	1	-	-	0.29	0

Fonte: CNE (2018)

dente da autarquia, doravante designado Presidente do Conselho Autárquico (PCA), passava a ser feita através do sistema de "cabeça de lista", em que o cabeça da lista do partido, coligações de partidos políticos ou grupo de cidadãos da lista mais votada é directamente eleito PCA.

Fruto destes consensos, estas eleições contavam com a presença da Renamo, que, como referido, boicotara as anteriores. Dos partidos formados por dissidentes do MDM, participaram a AMUSI e o MAMO. A AMUSI concorria em todos os municípios da província de Nampula, enquanto o MAMO concorria apenas nos municípios de Quelimane e Mocuba, na província da Zambézia e na cidade de Nampula.

De uma forma geral, tan-

Como interpretar as massivas deserções no MDM? Será apenas por causa do alegado tribalismo dos Ndaus contra os Macuas ou contra outras etnias no seio do MDM? Mais do que uma questão de exclusão com base na tribo, nepotismo ou arrogância dos Ndaus ou da família Simango, parece pretender-se reivindicar o acesso a recursos, ao poder político e consequentemente aos privilégios que daqui decorrem, num contexto em que a eleição é vista como o único itinerário de “acumulação” para o sucesso e prestígio social. Note-se que uma parte importante dos desertores do MDM filiou-se à Renamo, um partido fortemente dominado por Ndaus. Estes indivíduos que não eram de Sofala, nem etnicamente próximos à Daviz Simango, juntaram-se à Renamo, *continua Pag. 14 →*

Universidade Politécnica presta apoio às vítimas dos ciclones Idai e Kenneth

A Universidade Politécnica procedeu, na sexta-feira, 3 de Maio, em Maputo, à entrega, ao Instituto Nacional de Gestão das Calamidades (INGC), de um donativo, para apoio às vítimas dos ciclones tropicais Idai e Kenneth, nas regiões Centro e Norte do País, respectivamente.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Constituído por cerca de duas mil peças de vestuário diverso, 200 pares de sapatos e produtos alimentícios, o donativo resulta da campanha de contribuição levada a cabo pelos colaboradores da maior instituição privada do ensino superior no País, com vista a minimizar os efeitos causados pelas calamidades naturais.



No acto de entrega, o director da Unidade de Extensão Universitária da Universidade Politécnica, Mateus Simbine, explicou que os colaboradores da universidade, nomeadamente docentes, investigadores, estudantes e funcionários ficaram sensibilizados com os efeitos nefastos dos ciclones Idai e Kenneth, daí que entenderam solidarizar-se com as vítimas.

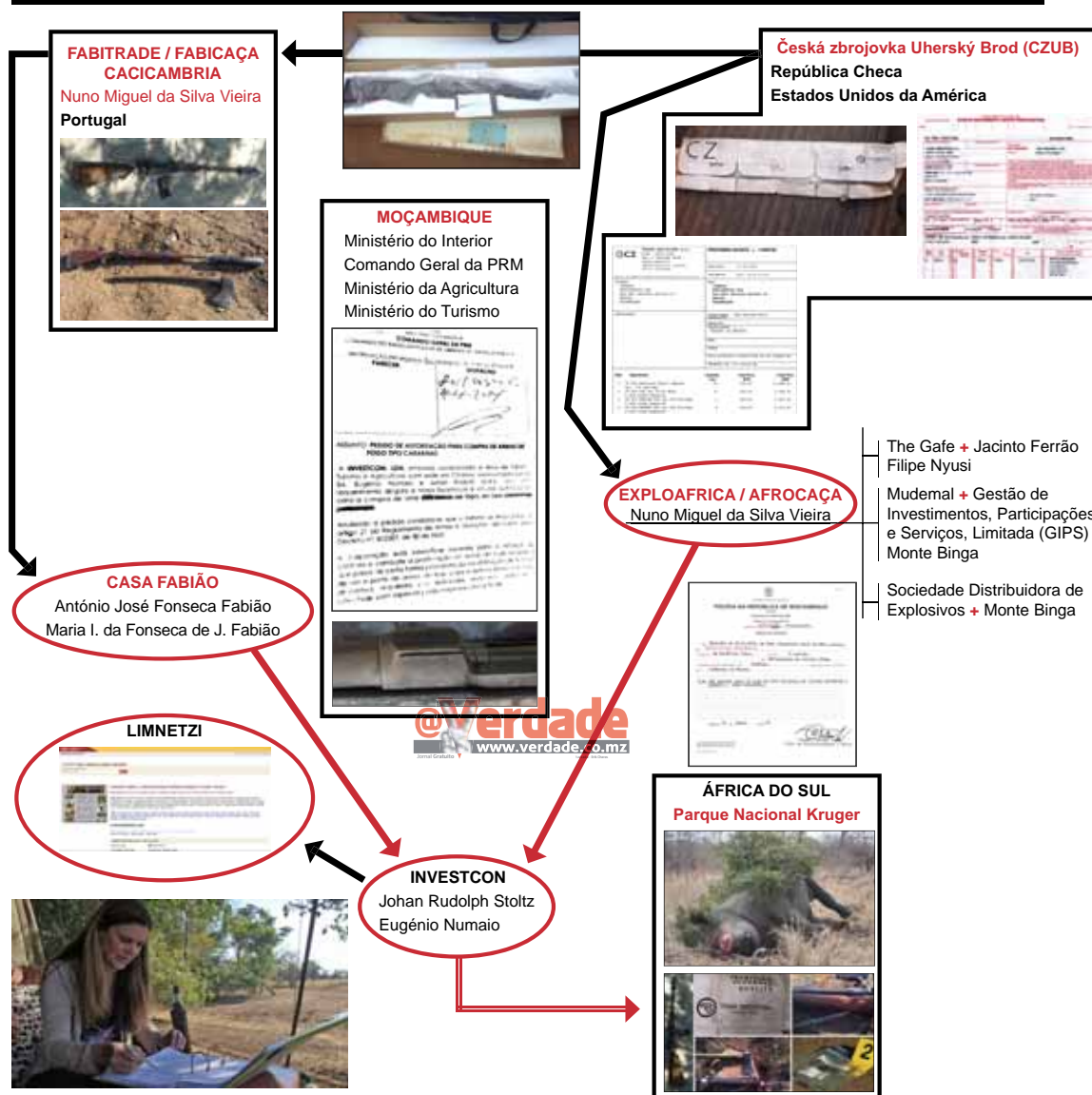
"Estamos aqui agora a efectuar esta entrega simbólica, mas as nossas unidades orgânicas de Quelimene, Tete, Nacala e Nampula estão a fazer a colecta de apoios, que serão igualmente entregues às autoridades competentes para que sejam canalizados aos beneficiários", frisou Mateus Simbine.

Por sua vez, o representante do INGC, Rui Costa, considerou que o apoio da Universidade Politécnica reveste-se de capital importância para o INGC, sobretudo para os afectados pelas intempéries.

"Existem ainda muitas famílias afectadas pelos dois ciclones que precisam de ajuda, particularmente em alimentos, medicamentos e acomodação. Este donativo vai trazer conforto para essas pessoas que ainda estão a sofrer, após terem perdido quase tudo o que tinham", destacou.

Importa realçar que o Idai afectou 306.221 famílias, correspondente a 1.500 mil pessoas, para além de 603 óbitos. Em relação ao ciclone Kenneth, os últimos dados indicam para um total de 44.813 famílias afectadas, o correspondente a 208.361 pessoas e 41 óbitos.

Armas que matam rinocerontes na África do Sul são compradas em Maputo com conivência de funcionários do Governo de Moçambique



Centenas de armas de grande calibre, fabricadas na República Checa, usadas por caçadores furtivos de rinocerontes na África do Sul são adquiridas em lojas de caça em Maputo com a conivência de funcionários de alto escalão nos ministérios do Interior, Turismo e Agricultura. Uma das empresas de armas tem ligações com o Ministério da Defesa, com o SISE e ao filho do Presidente Filipe Nyusi.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: www.followtheguns.org

continua Pag. 06 →

Banco Mundial doa 500 milhões de Dólares directamene ao "saco azul" do Governo da Frelimo

O Grupo Banco Mundial anunciou na passada sexta-feira (03) que vai doar 500 milhões de Dólares norte-americanos para ajudar Moçambique a mitigar o impacto do Ciclone IDAI, que há cerca de 2 meses devastou a Província de Sofala. É dinheiro que vai directamente para os cofres do Governo, dará para reforçar o "saco azul" gerido à margem do Orçamento do Estado e ainda contribuir na propaganda do partido Frelimo na reeleição dos seus candidatos.

Texto: Adérito Caldeira

"Estou aqui para mostrar o nosso apoio e ter uma melhor entendimento sobre os impactos dos ciclones Idai e Kenneth" disse David Malpass a jornalistas assinalando ter visto como o canal do Chiveve, recentemente reabilitado com ajuda do Banco Mundial, foi importante para minimizar o impacto das inundações em alguns bairros da cidade da Beira.

Na sua primeira viagem à África como presidente do Grupo Ban-

co Mundial anunciou que a instituição "vai disponibilizar 545 milhões de Dólares, da nossa Janela de Resposta a Crises, que serão repartidos em 350 milhões para Moçambique, 120 milhões para o Malawi e 75 milhões para as agências das Nações Unidas que estão a prestar ajuda aos necessitados no Zimbabwe".

"Haverão mais 150 milhões de Dólares para acelerar os nossos programas em curso em Moçam-

bique. A assistência total para Moçambique serão 500 milhões de Dólares, 350 milhões da Janela de Resposta a Crises e 150 milhões para acelerar os programas no terreno", revelou David Malpass que explicou em conferência de imprensa em Maputo que o dinheiro será disponibilizado pela IDA (Associação Internacional para o Desenvolvimento) directamente para Governo de Filipe Nyusi.

continua Pag. 13 →



→ continuação Pag. 05 - Armas que matam rinocerontes na África do Sul são compradas em Maputo com convívência de funcionários do Governo de Moçambique

Seguindo os números de série que identificam cada arma de fogo a organização não governamental Conflict Awareness Project (CAP no acrónimo em inglês) descobriu que armas de grande calibre que foram usadas na caça furtiva de rinocerontes no Parque Nacional Kruger, na África do Sul, foram fabricadas na República Checa por uma empresa denominada Česká zbrojovka Uherský Brod (CZUB).

 Česká zbrojovka a.s. Práv. osoba IČO: 2389 489 27 Uherský Brod Česká republika Identifikační číslo: 000000000 MPS (MPS)		PROFORMA INVOICE n. 11888783		
MPS (MPS)		DataInvoice: 23.05.2018		
MPS (MPS)		MPS (MPS)		
Company EXPLOAFRICA LTD Box 4041, Salazar, Namibia 20 Namibia MPS (MPS)		Company EXPLOAFRICA LTD Box 4041, Salazar, Namibia 20 Namibia MPS (MPS)		
Item description		Item number: 800 (Uherský Brod) Invoice date Payment to address Date Phone Your purchase contract has to be signed by Mandatory tax: 000000000		
Item	Description	Quantity	Unit Price EUR	Total Price EUR
1	10. 000 (Uherský Brod) (Uherský Brod)	10	270,00	2.700,00
2	10. 000 (Uherský Brod) (Uherský Brod)	10	400,00	4.000,00
3	10. 000 (Uherský Brod) (Uherský Brod)	10	400,00	4.000,00
4	10. 000 (Uherský Brod) (Uherský Brod)	10	400,00	4.000,00

Embora a caça furtiva do rinoceronte tenha começado há mais de duas décadas a partir de 2010 aumentou significativamente. Até essa altura os animais eram mortos, para obterem o seu corno que é vendido na Ásia por 100 mil Dólares o quilograma, por armas adquiridas junto de elementos corruptos das forças de segurança da África do Sul e de Moçambique.

Após anos com registo de algumas dezenas de animais assassinados em 2010 as autoridades registaram 146 rinocerontes mortos. No ano seguinte foram 252, em 2012 foram abatidos 425, em 2013 o número subiu para 606 e em 2014 foram caçados ilegalmente 827 rinocerontes no Parque Nacional Kruger.

Autópsias aos rinocerontes abatidos mostraram que quase 90 por cento haviam sido vítimas de tiros disparados por carabinas de calibre 375 e 458. Nos anos anteriores, enquanto usaram armas AK-47, os furtivos tinham de disparar várias vezes para matar o animal, com armas de calibre 375 e 458 passaram a precisar de apenas um tiro certo que podia ser abafado com um silenciador, não chamando atenção das autoridades.



Investigações subsequentes determinaram que as armas de grande calibre que estavam a ser usadas pelos caçadores furtivos pertenciam a marca CZUB, manufacturadas pelo maior produtor de armas da República Checa.

Rastreando cada uma das armas recuperadas após a matança de rinocerontes a CAP, numa investigação conduzida ao longo de 4 anos, em três continentes, descobriu que as mesmas chegavam aos caçadores furtivos através de Moçambique.



A investigação da Conflict Awareness Project determinou, e a Česká zbrojovka Uherský Brod confirmou, que centenas de carabinas de calibre 375 e 458 apreendidas na África do Sul, em Moçambique e identificadas pelos seus números de séries haviam sido vendidas às empresas Cacicambria, Fabitrade, Fabicaça e ExploAfrica.

ExploAfrica, Ministério da Defesa e Nyusi

A ExploAfrica, que tem na Afrocaça a sua loja de venda de armas na Cidade de Maputo, é parte de uma rede de empresas de armamento e explosivos estabelecida em Portugal e com ramificações na Espanha, Angola, República Democrática do Congo e na Guiné. O líder da empresa é Nuno Miguel da Silva Vieira um cidadão de nacionalidade portuguesa que desde 2015 é também moçambicano.

Nuno Miguel da Silva Vieira e os negócios da sua família tem um passado “dúbio” segundo apurou a investigação da CAP: “Foram investigados pelas autoridades portuguesas e espanholas por relação com os explosivos usados em 2004 no atentado contra o metro da Cidade de Madrid onde morreram 190 pessoas”.



No nosso país este empresário tem relações comerciais com o Ministério da Defesa Nacional, é sócio da Monte Binga na Sociedade Distribuidora de Explosivos, e com os Serviços de Informação e Segurança do Estado (SISE), na Mudemal onde é sócio da Gestão de Investimentos, Participações e Serviços, Limitada (GIPS) e da Monte Binga.

Nuno Miguel da Silva Vieira é ainda sócio de Jacinto Ferrão Filipe Nyusi, filho do Presidente de Moçambique e do partido Frelimo Filipe Jacinto Nyusi na The Gafe.

Por seu turno a Fabitrade e a Fabicaça são empresas de armamento e munições baseadas em Portugal, tem como proprietários os irmãos António José Fonseca Fabião e Maria Isabel da Fonseca de Jesus Fabião. Ambas empresas tem como parceiro comercial em Moçambique uma empresa identificada por Casa Fabião.

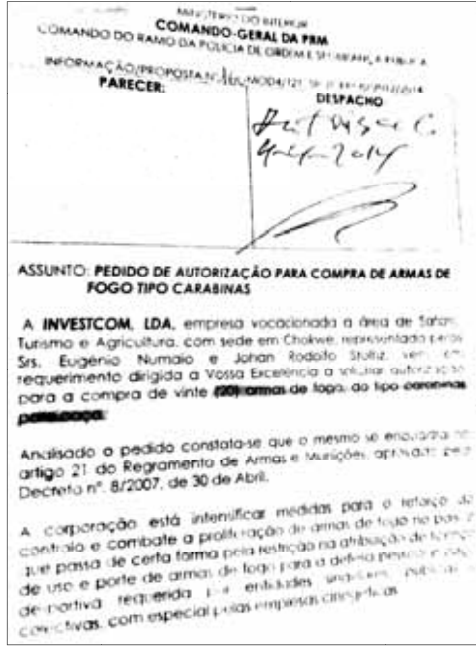
A Conflict Awareness Project descobriu

que o principal cliente das carabinas de calibre 375 e 458 vendidas pelas empresas ExploAfrica e Casa Fabião são a empresa a Investcon, assim como o Ministério do Turismo de Moçambique.

Johan Stoltz, Eugénio Numaio e a escalada da matança de rinocerontes no Parque Kruger

A Investcon (também conhecida com Investicom) foi estabelecida em Moçambique no ano de 2006 pelos cidadãos sul-africanos Johan Rudolph Stoltz e Gabriel Petrus Stoltz, assim como o moçambicano Isaac Arnaldo Samuel. No entanto em 2007 este sócio moçambicano foi substituído por Eugénio Numaio, Governador da Província de Gaza durante dois mandatos e com passagem pela Assembleia da República na bancada do partido Frelimo.

Até ao surgimento da Investcon o abate de rinocerontes não passava da dezena no Parque Nacional Kruger. Mas em 2008 foram assassinados 36 animais, em 2009 mais 50.



Entretanto em 2010 a Investcon de Johan Rudolph Stoltz, Gabriel Petrus Stoltz e Eugénio Numaio adquiriu uma fazenda do bravio no Norte da Província de Gaza, na fronteira entre a África do Sul e o Zimbábue, a Limnetzi. Virada para ricos caçadores dos Estados Unidos da América a publicidade da Limnetzi prometia caçadas de crocodilos, búfalos, elefantes e rinocerontes.



Nesse ano 146 rinocerontes foram mortos no Parque Nacional Kruger, em 2011 o número de animais assassinados para o corte do seu corno aumentou para 252 e em 2012 foram abatidos 425.

A Conflict Awareness Project descobriu que os números de série de centenas das armas de fabrico Checo recuperadas pelas autoridades de combate à caça furtiva na África do Sul apresentaram números de série sequenciais sugerindo que teriam sido adquiridas num mesmo carregamento.

A investigação apurou em 2013 a Investcon comprou 13 carabinas de calibre 375 e mais 21 de calibre 458, todas fabricadas pela CZUB, na Afrocaça. Nesse ano a ma-

tança ascendeu a 606 rinocerontes.

A CAP apurou que no ano de 2014 a Investcon comprou mais 81 carabinas de calibre 375 e 458 fabricadas pela Česká zbrojovka Uherský Brod, 64 a Casa Fabião e 17 a Afrocaça. A matança no Parque Nacional de Kruger chegou aos 827 rinocerontes.

A investigação da Conflict Awareness Project determinou com evidências que pelo menos 113 carabinas calibre 375 e 458 da CZUB foram compradas pela empresa de Johan Rudolph Stoltz, Gabriel Petrus Stoltz e Eugénio Numaio na Afrocaça e na Casa Fabião entre 2013 e 2015. E o assassinio de rinocerontes não parou desde então.

PGR tem toda investigação mas não age contra os chefões da caça ilegal

Importa salientar que a importação destas armas fabricadas na República Checa para Moçambique, algumas com passagem por Portugal, obedece aos requisitos que a lei do nosso país impõe com autorização do Ministério do Interior.

Já a licença das armas que a Investcon adquiriu, e cujo processo normal demora pelo menos 3 semanas, Johan Rudolph Stoltz disse a CAP que as conseguia em menos de 2 horas, pagando subornos. A CAP apurou que grande parte das licenças foram assinadas por Abílio Arnaldo Ambrósio e pelo seu colega Rogerio Moises Chiau, na altura funcionários seniores do Comando Geral da Polícia da República de Moçambique.

Antes de ter sido tornada pública, a investigação foi apresentada, em 2015 à Procuradoria-Geral da República, que abriu uma investigação, porém o @Verdade apurou que desde então nenhum dos empresários foi sequer detido para averiguações.

Contudo desde 2016 que a Investcon parou de comprar carabinas de calibre 375 e 458 produzidas pela CZUB diretamente à Afrocaça e a Casa Fabião no entanto a Conflict Awareness Project descobriu que continuam a compra-las às mesmas empresas através de “testas

de ferro”. Em 2018 um dos complexos da ExploAfrica, o restaurante Tio Manuel na Cidade da Matola, foi fechado, alegadamente para dar lugar a expansão da Estrada Nacional nº4.

As informações prestadas pela Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili, desde 2015 até 2019 nenhuma menção fazem a esta investigação nem aos chefões da caça ilegal. Apenas caçadores ilegais, pequenos traficantes e alguns compradores são presos e responsabilizados pelo assassinio de rinocerontes mas também de elefantes na África do Sul e também em Moçambique.

Os aeroportos e portos de Moçambique foram identificado pela Agência de Investigação Ambiental (acrónimo em inglês EIA) como um dos principais locais de exportação de cornos de rinocerontes para a Ásia, entre 2010 e 2016 foram traficados pelo nosso país 797,78 quilos com valor de mercado a rondar os 80 milhões de Dólares norte-americanos.

Ciclone Kenneth fez 49 mortos em Cabo Delgado e Nampula

O segundo ciclone que fustigou Moçambique em 2019 fez pelo menos 49 vítimas mortais nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, perto de uma centena de feridos, destruiu mais de 40 mil habitações e desalojou mais de 226 mil pessoas. Surto de cólera afectou pelo menos meia centenas de pessoas na Cidade de Pemba e no Distrito de Mecúfi.

Texto: Redacção



As 41 vítimas mortais registadas até a passada terça-feira (30), 33 delas no Distrito de Macomia, juntam-se as seis pessoas que morreram soterradas pelo desabamento da lixeira municipal na cidade de Pemba, durante a noite de domingo (28) e mais dois cidadãos que perderam a vida no Distrito de Eráti, na Província de Sofala.

Dados do Instituto Nacional de Calamidades indicam que pelo menos 90 pessoas ficaram feridas na Província de Cabo Delgado e outras 3 na Província de Nampula.

Os ventos e a chuva forte que seguiu ao Ciclone Kenneth, de categoria 4, danificaram parcial ou completamente 40.710 habitações, desalojando 226.632 pessoas nas duas províncias do litoral Norte de Moçambique.

Até ao passado sábado (04) haviam sido diagnosticados 52 pacientes com cólera, 45 na Cidade de Pemba e 7 no Distrito de Mecúfi, sem nenhum óbito. Pelo menos 165 pessoas foram tratadas por diarreias com sangue nas Unidades Sanitárias de Pemba, Macomia e Metuge e outras 205 receberam tratamento por diarreias menos graves.

As autoridades de Saúde atenderam ainda 1.268 pessoas com malária, 621 delas só na Cidade de Pemba.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no



Conselho de Regulação de Águas transformado em Regulador para atrair investimento privado e tentar atingir ODS



Assumindo a sua incapacidade de levar água potável ao povo, somente 6,4 milhões dos 27,9 milhões de moçambicanos tem acesso a água canalizada, o Governo de Filipe Nyusi decidiu transformar Conselho de Regulação de Águas (CRA) no Regulador do sector para atrair investimento privado nacional e tentar atingir na e tentar atingir Objectivos do Desenvolvimento Sustentáveis até 2030. "Nós sentimos que o sector privado, se houver regras muito claras ele investe", explicou ao @Verdade a presidente do CRA, Suzana Loforte.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: @Verdade

continua Pag. 08 →

Prime Rate não muda pelo 4º mês e taxas de juro continuam acima dos 20 por cento em Moçambique

Mantendo dúvidas sobre a propagandeada retoma da economia o Banco de Moçambique (BM) e os bancos comerciais mantiveram, pelo 4º mês consecutivo, a Prime Rate do Sistema Financeiro mantém acima dos 20 por cento as taxas de juro a retalho. Os spreads da banca não mudam desde Outubro de 2018.

Texto: Adérito Caldeira

Na expectativa sobre o impacto que o Ciclone IDAI vai ter na economia e ansiosamente aguardando a Decisão Final de Investimento da Anadarko o BM e a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) decidiram manter o Indexante Único, em 14,30 por cento, e o Prémio de Custo, nos 5,20 por cento, fixando a Prime Rate nos mesmos 19,50 por cento que foram definidos em Fevereiro último.

Inalteradas em Maio continuam também as margens de lucro por cada categoria de crédito que as 17 instituições bancárias que operam

no nosso país vendem.

A soma destes factores mantém acima de 20 por cento as taxas de juro a retalho em Moçambique, depois das ligeiras descidas que haviam registados até Janeiro de 2019.

Estas decisões, que os banqueiros preferência apelar de "prudência", continuar a asfixiar o sector produtivo moçambicano e desmentem a propaganda do Governo que a economia está em retoma.

Aliás o @Verdade revelou que

no seguimento do Ciclone IDAI o Executivo decidiu rever em baixa o crescimento da economia, dos 4,7 por cento previstos para 1,8 a 2,8 por cento.

Entretanto as acções do banco central para "secar" a liquidez do mercado parecem estar a surtir algum efeito sobre o mercado cambial com o Metical a recuperar algum terreno particularmente em relação ao Dólar norte-americano. Depois de ter chegado aos 65,30 a moeda moçambicana foi cotada nesta segunda-feira (06) nos por 64,77 Dólar.

Descrição	Taxa
Indexante Único* (Calculado pelo BM)	14,30%
Prémio de Custo (Calculado pela AMB)	5,20%
Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano (Calculado pelo BM e AMB)	19,50%

*O Indexante Único é calculado tendo como base informação referente ao período do dia 26 de cada mês até ao dia 25 do mês seguinte.



→ continuação Pag. 07 - Conselho de Regulação de Águas transformado em Regulador para atrair investimento privado e tentar atingir ODS

O Censo de 2017 revela que está longe o dia em que todos os moçambicanos terão água potável canalizada dentro da sua casa, dos 27.909.798 cidadãos recenseados apenas 1.288.478 tinham acesso a esse Direito Humano básico. Existiam 3.491.641 com água canalizada fora de casa, 1.654.055 com acesso a água canalizada em casa do vizinho mas 20.412.291 ainda usam fontenários, poços e pelo menos 2,4 milhões tem de disputar o precioso líquido com animais acabando, em vários casos, por serem vítimas de crocodilos.

Relatórios do Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos estimam em 3,1 biliões de Dólares os custos para o acesso universal de água potável em Moçambique até 2029. Sem dinheiro para investir e com o apoio dos parceiros condicionado pelas dívidas ilegais o Governo iniciou, em 2015, a regulação dos fornecedores privados que entretanto surgiram primeiro nos bairros periféricos de Maputo e Matola mas que agora já operam no Xai-Xai e em Inhambane.

“Nós temos as metas de Desenvolvimento Sustentável que diz que até 2030 todo o mundo tem que ter acesso a água potável, hoje nós estamos a falar de pouco menos de 60 por cento da população. São precisos milhões de Dólares de investimento necessário para conseguirmos alcançar essa meta. Nós sentimos que o sector privado, se houver regras muito claras ele investe”, explicou a presidente do Conselho de Regulação de Águas entidade que desde o passado dia 18 de Fevereiro foi transformada em Autoridade Reguladora

de Águas, Instituto Público (AURA, IP).

Entrevistada pelo @Verdade, Suzana Loforte recordou que: “O CRA foi criado num contexto de gestão delegada, em que tínhamos o FIPAG que faz o investimento e tínhamos empresas privadas a fazerem a gestão, como a Águas da Região de Maputo. Temos também o conceito da AIAS, que é a Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento, que faz o investimento nos sistemas das vilas, sedes de distrito e municípios e depois lança um concurso para um privado fazer a gestão”.

“A partir do momento em que alargamos não só para sistemas do FIPAG, mas para sistemas secundários, e porque temos vários tipos de serviço, o das grandes cidades que é diferente das vilas e distritos nós sentimos que não podemos estar com a mesma forma de actuação porque agora não estamos a funcionar só dentro dos sistemas cuja intervenção é feita por fundos do Estado. Nós agora devemos olhar também para sistemas que tem investimento privado”, esclareceu a presidente do CRA precisando que existem cerca de 2 mil fornecedores privados de água.

“Eu não ponho as mãos no fogo a dizer que tenho a certeza que aquela água é de qualidade”

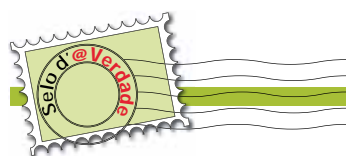
No entanto a nossa entrevistada admitiu: “quase que vai ser impossível o Regular andar em cada um dos sistemas” e daí a necessidade de fortificar a instituição como Autoridade Reguladora de Águas com vista a reforçar a capacidade de nor-

mação, definição de guiões, certificação dos operadores dos sistemas e também com a competência de “definir os preços mínimos e máximos aceitáveis”.

Suzana Loforte disse que desde 2017 o Conselho de Regulação de Águas está a regular as tarifas dos fornecedores privados, “este ano recebemos um novo pedido de ajustamento das tarifas por causa da energia. Os custos da energia estão a crescer muito e por isso nós estamos a trabalhar com a USAID porque queremos encontrar formas de apoio aos fornecedores privados para mudarem a tecnologia que usam para painéis solares por forma aos custos da água não caírem todos para o consumidor”.

Porém a ainda presidente do Conselho de Regulação de Águas revelou ao @Verdade que: “Se nós olharmos sinceramente para o serviço que prestado pela empresa pública, pelos operadores privados, eu não ponho as mãos no fogo a dizer que tenho a certeza que aquela água é de qualidade. Temos de definir regras muito claras e, sem aviso, avaliarmos as amostras da água”, traçando esse como outro dos objectivos para a AURA.

Recorde-se que uma avaliação recente da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos considerou que qualidade da água no Sul de Moçambique, nas nas bacias de Maputo, Umbeluzi e Limpopo, “muito má” assim como avaliou de “mau” o precioso líquido nas bacias do Zambeze, Búzi e Púnguè.



Poder popular e manifestações pacíficas em África Por que Moçambique é actualmente uma excepção?

Sudão e Argélia foram dois países que recentemente tornaram-se notícia a nível internacional pelos protestos pacíficos que depuseram os seus respectivos presidentes nomeadamente Omar Al Bashir e Abdelaziz Bouteflika. Em África, as manifestações e os protestos populares pacíficos contra um determinado governo do dia, uma figura política ou uma decisão do governo não são uma novidade. Na África Austral, num passado não muito distante, registaram-se em países como África do Sul, Zimbábwe, Quénia e Madagascar manifestações de ordem pacífica.

Em Moçambique, no entanto, apesar de ser um país que pode ter como exemplos os vários casos de manifestações em países da região, não tem seguido por esse caminho. A pergunta que se coloca é: Por que razões em Moçambique ultimamente não se registam manifestações populares pacíficas mesmo diante da má governação e gestão da coisa pública? A primeira razão que possivelmente explica este cenário encontra-se no uso da violência pelas forças governamentais anti-motins para intimidar e reprimir os manifestantes mesmo que as manifestações sejam de índole pacífica.

Lembrar que as manifestações existentes entre 2008 à 2012 foram todas caracterizadas pelo uso excessivo da violência, sem deixar de mencionar os protestos causados pelos resultados eleitorais na década de 90 que foram extremamente violentos tendo causado várias mortes.

O segundo factor a ter em conta centra-se no facto de figuras públicas sobrejamente conhecidas, sobretudo na área académica e de comunicação social passarem a ser alvos a abater por suas críticas ao governo. Desde a governação de Joaquim Chissano

que a violência prevalece sobre os críticos do sistema e por quem quer geralmente trazer ao público a verdade sobre o funcionamento do estado moçambicano. Com Armando Guebuza e Filipe Nyusi surgiram os esquadrões de morte, registaram-se ataques violentos e mortes de jornalistas, políticos e académicos. Este cenário impôs um estado de medo sobre o pacato cidadão que de princípio seria o principal elemento na linha da frente quando se tratasse de sair a rua e manifestar.

Se jornalistas e académicos são ameaçados, violentados e mortos, o que será feito do mero cidadão anónimo? Este tem sido o sentimento de muitos moçambicanos, sobretudo nos jovens que não se vêem a arriscar a vida numa manifestação popular mesmo sendo esta pacífica e ordeira. E não é pela incapacidade de iniciar e levar à cabo movimentos de protesto, mas pelo medo e incertezas que surgem sobre o seu destino. Por esta e outras razões de cariz político, o mais recente relatório do The Economist sobre o índice de democracia no mundo colocou Moçambique como um país autoritário.

A falta de interesse pela política, em outras palavras, a pouca cultura política na grande maioria dos moçambicanos também pode ser um factor preponderante para perceber a ausência de manifestações. O desleixo em perceber sobre as decisões políticas e as consequências graves das más decisões do governo no dia-a-dia dos moçambicanos cria um estado de inércia e desapego sobre a vida política nacional.

A última razão, mas não menos importante, que, no meu ponto de vista tem alguma importância para entender este debate, tem a ver com o discurso político que ca-

racteriza as lideranças deste país, pelo menos desde o início do multipartidarismo até os dias de hoje. Tem sido tendência nos últimos 25 anos o frequente discurso de que o povo moçambicano é pacífico, bom e resiliente. Este discurso é conveniente pois para as lideranças políticas porque limita qualquer tipo de movimentos que o povo queira fazer, sobretudo quando se trata de fazer um “check” sobre a forma como o seu destino está ser conduzido.

O discurso de “cidadãos pacíficos” (que não protestam, nem se rebelam contra o governo, mesmo havendo razões) surge como um anestésico duradouro e que inibe qualquer acção mesmo depois de o seu efeito desaparecer. O povo foi contaminado por esta ideia e vem vivendo assim. É como estar sob efeito de um feitiço. O discurso enganador vem imbuído de outros discursos e artimanhas que deixam o povo moçambicano relaxado, tais como o espírito de deixa andar que foi propositadamente criado pelas lideranças políticas para na hipocrisia fazer de conta que vai ser combatido; a ideia de o cabrito come onde está amarrado, e tantos outros dizeres políticos que têm propiciado o surgimento de zonas de conforto que mantêm os moçambicanos serenos e inoperantes diante de toda uma má governação e desestabilização do país.

O poder popular vê-se cada vez mais reduzido na arena política moçambicana. Este estado de medo que nos foi imposto possibilita ainda mais a transformação do estado moçambicano pelas elites políticas influentes em um estado criminoso onde se desenvolvem dentre outras acções criminosas uma economia de pilhagem.

Por: Raúl Barata

Pergunta à Tina...

Tina, sou João, minha esposa tem 42 anos de idade tem falta de apetite sexual, eu preparo lhe bem carícias dum lado para o outro, mas ela não tem correspondido e fala abertamente que não tem apetite para tal, o que faço?

Querido João, lamento a situação que estás a atravessar e posso imaginar o mal-estar emocional que o casal está sentindo.

Seria importante saber se este problema surgiu agora, se terá sido desencadeado por algum acontecimento, ou se sempre foi assim. Uma senhora de 42 anos certamente que tem um passado sexual que seria importante conhecer para te dar uma opinião.

Mas alguma informação geral talvez possa ajudar: primeiro que tudo, notar que a falta de desejo sexual é considerada a perturbação sexual mais prevalecente entre as mulheres.

Há muitas causas orgânicas deste distúrbio sexual. Por exemplo, alguns medicamentos, como a pílula e outros meios anticoncepcionais, ou medicamentos para baixar a tensão arterial, alguns sedativos e antidepressivos, podem reduzir o desejo sexual em algumas pessoas. Alguns problemas hormonais da mulher também podem ter o mesmo efeito. Neste particular, é preciso considerar que há mulheres na menopausa que sofrem alterações do desejo sexual.

Os principais factores psicológicos, os mais frequentes, são a existência de experiências sexuais traumáticas anteriores, perda de atracção pelo parceiro, ou o receio de apanhar ITS. Um estado depressivo, perturbações da ansiedade, ou a presença de estados emocionais de irritação, também podem contribuir para reduzir o desejo sexual.

Uma mulher que trabalha muito, anda cansada, stressada, talvez com um relacionamento já de longa duração, eventualmente conflituoso, naturalmente que não deve ter muito desejo sexual.

Considerando que a maiorias das causas dos distúrbios sexuais são de origem psicológica, é conveniente ouvir um psicólogo, depois de excluídas possíveis causas orgânicas.

Por outro lado, há mulheres que têm obtido bons resultados através da leitura de livros eróticos ou visualização de vídeos idênticos.

Há também relatos de tratamentos bem sucedidos com ansiolíticos e antidepressivos, mas precisam ser feitos sob supervisão médica.

O envolvimento de terceiras pessoas é a solução para alguns casais, num entendimento consensual entre ambos, considerando as suas necessidades sexuais distintas. Estas poderão ser satisfeitas com outras pessoas, com divisão das componentes sexual e afectiva. Esta opção é bem aceite e tolerada na nossa sociedade poligâmica.

Olá Tina, tenho uma dúvida, gostaria de saber se o sexo oral e anal é prejudicial à saúde do casal que pratica? Dulce.

Não, querida Dulce, o sexo oral e anal não prejudicam a saúde.

Só é preciso lembrar que o sexo anal é de maior risco para a infecção por HIV do que o sexo oral ou vaginal. Por isso, num casal em que um dos parceiros é seropositivo, devem abster-se da prática de sexo anal sem camisinha, sob risco elevado de que o HIV pode ser transmitido ao parceiro seronegativo. Sexo anal sem protecção, só entre casais monogâmicos seronegativos.

Mas no fim do dia, o melhor é mesmo criar o hábito de usar sempre camisinha, com todas as suas vantagens, sem inquietações sobre saúde sexual, numa relax, sem crises...

Empresários desmentem Nyusi, perspectivas caíram “para o nível mais baixo em quase dois anos e meio” em Moçambique



Os indicadores macroeconómicos que o Presidente Filipe Nyusi afirmou demonstrarem fortes sinais de “retoma da economia” não passam de retórica política. Os empresários em Moçambique sentem que as perspectivas para o futuro caíram “abruptamente para o nível mais baixo em quase dois anos e meio”, revela o mais recente índice Purchasing Managers’ Index (PMI) do Standard Bank.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 10 →

Direito de Resposta: "Armas que matam rinocerontes na África do Sul são compradas em Maputo com conivência de funcionários do Governo de Moçambique"

Os signatários, respectivamente, **António José Fabião e Maria Isabel da Fonseca de Jesus Fabião - vêm, por si e na qualidade de sócios e administradores das sociedades Casa Fabião Lda. e Fabitrade Lda.** e a propósito do artigo publicado e devidamente identificado em tópico, onde são referidos e identificados numa alegada relação de causa-efeito, dizer e requerer o seguinte:

1. A sociedade Casa Fabião Lda. é uma entidade jurídica de direito moçambicano, constituído o seu capital social pelos ora exponents, remontando a sua actividade comercial há mais de cinquenta anos neste País, tanto na cidade e Província de Nampula como na cidade de Maputo, detentora de Alvará para a multiplicidade dos itens do seu negócio, onde se inclui não só a comercialização de armas de caça, pesca e artigos inerentes - tendo para o efeito uma loja/filial na cidade de Maputo denominada “Fabricaça” como também, venda de óleos e combustíveis; materiais de construção civil; equipamentos eléctricos; etc; ...;

1.1 A sociedade Fabitrade Import Export Lda. é uma entidade jurídica de direito português, com a sua sede em Sacavém-Lisboa e actividade de importação e exportação dos mais variados artigos e equipamentos, onde se inclui armas de caça e suas munições, há mais de vinte anos, detentora do alvará de armeiro emitido pelo Ministério da Administração Interna, tendo por únicos sócios os ora exponents.

1.2 Ambas as sociedades exercem as respectivas actividades no âmbito dos seus objectos sociais, estribadas pelas inerentes Licenças e Alvarás tudo no estrito cumprimento da legalidade.

Portanto,

É falso, inusitado e desprovido de qualquer realidade que os ora exponents e as sociedades em questão estejam de algum modo ligadas, e muito menos, sejam proprietários, de quaisquer empresas de armamento e munições, em Moçambique, Portugal ou onde quer que seja.

2. A Casa Fabião Lda. é apenas proprietária da loja Espingardaria Fabricaça, a qual é à semelhança de qualquer Espingardaria e em qualquer parte do mundo apenas comercializa os artigos, produtos e equipamentos legalmente permitidos e enquadrados nessa actividade, como sejam, armas de defesa pessoal; armas de caça; cartuchos de caça; canas de pesca; anzóis, etc; ... sempre sob tutela das Entidades Oficiais competentes, designadamente, Polícia; Ministério do Interior e do Comércio.

2.1 No que concerne à venda desse tipo de armas, bem como, licenças de porte de arma, entre outras, só se mostram possíveis após prévia autorização e licença emitidas pela Polícia e M.I.

aos clientes/interessados e depois, sujeito a um apertado rigor de controlo e informação das mesmas pela vendedora junto daquelas Entidades.

2.2 Em regra, a vendedora desconhece de todo o Cliente/interessado seja individual seja empresa, na compra desse tipo de armas, nem a isso é obrigado, pela razão lógica e óbvia dessas autorizações e licenças serem previamente emitidas pela Polícia e só depois poder-se consumir a compra.

Como o já referido, os exponents exercem a sua actividade comercial no estrito cumprimento da legalidade e não pactuam com qualquer acto, conluio ou atitude que de algum modo possa colocar em causa a sua seriedade, idoneidade seja do foro pessoal ou comercial

Ora,

3. Cumpria ao jornal e ao jornalista no âmbito dos deveres inerentes (artº 28 al) a), b) c)) prestar informação completa e objectiva, sustentadas no rigor e no uso prévio do contraditório, de modo a não causar dano pessoal, comercial e reputacional a todos os títulos grave a terceiros, os ora exponents, como sejam, e entre outros, junto dos Bancos; Clientes; fornecedores e demais pessoas e entidades públicas e privadas.

3.1 Os quais, independentemente do

conteúdo do artigo que merece a preocupação e lamento de todos, apenas pode reafirmar o desconhecimento de todo os demais intervenientes aí identificados bem como das situações aflozadas, seja na forma, seja na substância, pois com os mesmos, não mantém nem manteve qualquer relação pessoal, profissional, comercial ou outra.

Termos em que,

E por ora, vêm os exponents requerer o seu direito de resposta, nos termos da alínea a) b) e c) do artº 33º da Lei de Imprensa

Sem outro assunto de momento, Reiteramos os n/cumprimentos Os exponents

**António José Fabião
Maria Isabel Fabião**

NOTA DA DIREÇÃO:

O @Verdade reconhece não haver contactado os sócios e administradores das sociedades Casa Fabião Lda. e Fabitrade Lda a propósito do artigo que está na origem deste direito de resposta, como é sua responsabilidade, pelo facto de ter apenas reproduzido uma investigação internacional que não foi produzida pela sua redacção. Além disso o @Verdade foi informado que os visados foram contactados pela **Conflict Awareness Project**, autora da investigação, para o devido contraditório.



→ continuação Pag. 09 - Empresários desmentem Nyusi, perspectivas caíram "para o nível mais baixo em quase dois anos e meio" em Moçambique

Discursando no encerramento do Comité Central do seu partido o Presidente Filipe Nyusi declarou que: "Reconhecemos contudo que o desempenho dos indicadores macroeconómicos situam-se fora dos parâmetros inicialmente previstos no Programa Quinquenal do Governo, mas demonstram fortes sinais de resiliência e retoma da economia. Os resultados sobre o desempenho do Governo da Frelimo motivam-nos o facto de constataremos o aumento da produção agrícola, o controlo da inflação, criação de postos de emprego (...) observa-se a estabilização dos indicadores macroeconómicos, condição indispensável para a atracção dos investimentos".

Porém para o economista-chefe do Standard Bank: "Os dados disponibilizados recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística demonstram que a economia cresceu 3,3 por cento face ao ano anterior durante 2018, tendo sido a taxa de crescimento mais baixa desde 2001".

Na óptica de Fáusio Mussá o Banco de Moçambique (BM) "evidenciou alguma preocupação relativamente às possíveis pressões de liquidez cambial, limitações fiscais e implicações a nível da inflação. A flexibilização da política monetária estagnou, tendo a taxa de política principal ficado inalterada com 14,25 por cento desde Dezembro de 2018, e com um aumento inesperado do rácio de reservas mínimas de divisas para 36 por cento. A inflação nacional encerrou o mês de

março com 3,4 por cento, um valor ligeiramente mais elevado que os 3,1 por cento que haviam sido registados para o mesmo período em 2018. Continuamos a observar a evolução do aumento da inflação média de 12 meses, apesar de continuar dentro das previsões de 6 por cento a 7 por cento" do BM.

"O par USD/MZN continua a aumentar, refletindo uma combinação de fatores que continuam a pressionar a liquidez cambial no mercado. Desde o final de setembro do ano passado, o par aumentou



em 6,5% para 64,6, o nível mais elevado em 24 meses. O par vai continuar a aumentar antes de inverter a tendência no segundo semestre, provavelmente devido às decisões finais quanto ao investimento no gás natural previsto para este ano", indica ainda o economista-chefe do Standard Bank no índice económico PMI tornado público nesta terça-feira (07).

O @Verdade revelou recentemente que o Governo vai em breve rever em baixa as projecções de crescimento real do Produto Interno Bruto em

2019 de 4,7 por cento para apenas 1,8 a 2,8 por cento. A taxa de inflação média anual que foi estimada em 6,5 por cento será revista para 8,5 por cento até ao final do ano.

"Sentimento empresarial em relação ao futuro decaiu abruptamente em Abril"

O *Purchasing Managers' Index* de Abril revela que: "As condições para as empresas do setor privado na economia de Moçambique foram fracas em Abril, com a pro-

dução, novas encomendas e o emprego a crescerem a taxas mais lentas. Os preços dos meios de produção aumentaram a um ritmo relativamente moderado, enquanto que o sentimento das empresas relativamente ao futuro caiu abruptamente para o nível mais baixo em quase dois anos e meio".

"O indicador PMI caiu de 50,4 em Março para 49,9 em Abril, assinalando uma deterioração muito ligeira nas condições para as empresas no início do segundo trimestre. Foi a primeira vez em dez meses



que o PMI deslizou para abaixo da marca inalterada dos 50,0", refere o documento que é produzido através de inquérito mensal aos gestores de compras de um conjunto de cerca de 400 empresas a operarem em Moçambique.

No *Purchasing Managers' Index* de Abril "As firmas moçambicanas consideraram que as condições de funcionamento foram prejudicadas por um crescimento da produção mais fraco durante o mês de abril. A taxa de expansão abrandou para o valor menos acentuado desde Agosto de 2018. Evidências pontuais refletiram uma redução menos acentuada das pressões da procura por todo o setor privado, tendo algumas companhias referido a falta de stocks e problemas de financiamento que conduziram a uma menor produção", pode-se ler.

"De acordo com os relatórios do painel, a procura foi parcialmente afetada pela réplica do Ciclone Idai. Não obstante, as novas encomendas parecem ter ultrapassado a

atividade, dado as empresas terem declarado um ligeiro aumento de encomendas em atraso pela primeira vez até à data, em 2019", indica o PMI.

O documento económico constatou que: "A taxa de criação de emprego desacelerou assinalavelmente desde março, com as empresas a registarem apenas um aumento marginal no emprego. Os membros do painel reduziram também as aquisições pela primeira vez em 13 meses, atribuindo o facto a um excesso de oferta dos inventários durante este período de fraco crescimento da procura. Como tal, os níveis dos stocks caíram, embora de modo fracionado".

"Com o crescimento da procura a deslizar e a economia a sofrer o impacto do Ciclone Idai, o sentimento empresarial em relação ao futuro decaiu abruptamente em Abril. As expectativas permaneceram globalmente positivas, mas encontravam-se no seu nível mais baixo desde Novembro de 2016", concluiu o barómetro empresarial do Standard Bank.

Governo desactiva alerta vermelho pela passagem do Ciclone IDAI que deixou 611 mortos no Centro de Moçambique

O Governo desactivou nesta terça-feira (07) o alerta vermelho activado há cerca de 2 meses para o Centro de Moçambique, a propósito da passagem do Ciclone IDAI que causou a morte de pelo menos 611 pessoas, destruiu centenas de milhares de habitações, dezenas de unidades sanitárias e milhares de salas de aulas.

O alerta de emergência havia sido activado no passado dia 12 de Março, dois dias antes do ciclone de categoria 3, que trouxe ventos superiores a 200 quilómetros por hora, devastar a Província de Sofala e descarregar chuva muito intensa nas províncias de Manica, Zambézia e Tete, assim como no vizinho Zimbábue.

Oficialmente 611 pessoas morreram no Centro de Moçambique, no entanto um número não determinado de cidadãos foi dado como desaparecido e até hoje não foram localizados. Houve ainda registo de inúmeros cadáveres enterrados sem a presença das autoridades e outras pessoas acredita-se ter sido devoradas por crocodilos que habitam a região.

Entre os óbitos oito foram vitimados pelo surto de cólera que eclodiu na Província de Sofala e afectou 6.732 pessoas, "a taxa de letalidade é inferior a 1 por



Fonte: INGC

cento e está dentro do padrão recomendado pela Organização Mundial da Saúde" esclareceu fonte oficial ao @Verdade.

Houve ainda 9.613 pacientes tratados com diarreias agudas e 17.902 padeceram de malária, sem óbitos a registar.

O Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), que nunca na sua curta existência teve de prestar tamanha assistência humanitária, indica que 223.947 habitações ficaram destruídas nas províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia, assim como 93 unidades sanitárias e 3.504 salas de aulas, 1.622.483 moçambicanos

foram afectados pela segunda tempestade ciclone tropical que afectou o nosso país na época chuvosa 2018/2019, depois do Desmond.

No centros de acomodação criados pelo INGC na Cidade da Beira e nos distritos do Dondo, Nhamatanda e Búzi estão ainda 21.992 pessoas

"O Governo continua a prestar o devido apoio ao nível da assistência alimentar, contando com o apoio dos Parceiros, particularmente o PMA, mantêm-se as medidas de saneamento, distribuição de materiais de higiene, distribuição de talhões e também a reposição de infra-estruturas, particularmente a rede eléctrica mas também a reposição das vias de acesso", garantiu Ana Comoana, a porta-voz da sessão de Conselho de Ministros que decidiu desactivar o alerta vermelho.

Decisão Final para investir 26,5 biliões de Dólares na Área 1 do Bloco do Rovuma vai acontecer em Junho

Independentemente dos ataques armados, que não cessaram no Norte de Cabo Delgado, o Chief Executive Officer da Anadarko Petroleum Corporation, Al Walker, garantiu nesta terça-feira (07) ao Presidente Filipe Nyusi que a ansiada Decisão Final de investir 26,5 biliões de Dólares norte-americanos na Área 1 do Bloco do Rovuma vai acontecer antes do final de Junho.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Presidência da República

Desde finais de Fevereiro que as obras na estrada para Palma, na pista de aterragem, na vila de reassentamento e na zona de habitação dos funcionários do consórcio de empresas que vai explorar os 75 trilhões de pés cúbicos de gás natural existentes na Área 1 do Bloco do Rovuma, em Cabo Delgado, foram interrompidas na sequência de um ataque que visou uma caravana de trabalhadores e causou a morte de um deles.



Nas últimas semanas tiveram início duas ofertas públicas de aquisição da Anadarko Petroleum Corporation, primeiro pela Chevron e depois pela Occidental, empresa que lidera o consórcio de investidores na Área 1, do qual fazem parte a japonesa Mitsui, as indianas ONGC, Barhat Petro Resources e Oil India, a tailandesa PTT Exploration & Production e a

Empresa Nacional de Hidrocarbonetos.

Al Walker veio a Moçambique reafirmar as intenções da Anadarko que começam pela retomada das obras ainda esta semana, com a cooperação das Forças de Defesa e Segurança, e garantir ao Chefe de Estado que formalização da Decisão Final de Investimento de 26,5 biliões de Dólares norte-americanos vai acontecer como antes do fim de Junho próximo por forma que a partir de 2024 o gás natural possa começar a ser exportado.

Esse marco não será simbólico, vai aumentar catapultar os investimentos actuais que rondam os 500 milhões de Dólares para vários biliões de Dólares que irão, numa primeira fase, equilibrar a deficitária Balança de Pagamentos, e depois impulsionar a economia moçambicana em desaceleração desde 2018.

Estimativas governamentais a que o @Verdade teve acesso indicam que depois do início da exportação do gás o Estado moçambicano poderá arrecadar, até 2030, cerca de 63,4 biliões de Dólares norte-americanos dos Royalties que serão pagos, do Impostos sobre o Rendimento de Pessoa Colectiva, do lucro petróleo e dos lucros da ENH.

Naufrágio na Zambézia mata dez pessoas, há 13 desaparecidos

Pelo menos dez pessoas morreram e 13 estão desaparecidas na sequência do naufrágio, na manhã desta quarta-feira (08), de uma pequena embarcação que fazia o transporte de passageiros entre os distritos de Chinde e Marromeu, na Província da Zambézia. A primazia que o Governo dá a Cidade de Maputo na alocação dos transportes públicos coloca-lhe com o responsável por mais esta tragédia em Moçambique.

Texto: Redacção

Informações preliminares avançadas pelo Administrador do Distrito de Chinde, Pedro Virgúla, dão conta que a embarcação de madeira identificada por Júlia I transportava mais de três dezenas de pessoas faziam o trajecto habitual no rio Zambeze quando naufragou.

“É uma viagem constante, como não temos nenhum barco, não temos batelão, as pessoas usam o barco entre Chinde e Marromeu para apanhar comboio para Beira ou outra embarcação para Caia ou Quelimane”, explicou o governante à Rádio Moçambique indicando que existem oito sobreviventes do sinistro.

A viagem, que dura pelo menos 5 horas, acontece sem as mínimas condições de segurança embora seja efectuada em embarcações frágeis desde que o batelão que operava na região avariou em 2015 e desde então aguarda por cerca de 10 milhões de Meticals para a sua reabilitação.

O Ministério dos Transportes e Comunicações que rapidamente criou uma equipa de burocratas baseados em Maputo para “prestar melhor acompanhamento e o necessário apoio aos afectados” e ainda “participar no processo de inquérito para apurar as circunstâncias e causas do acidente” tem grandes responsabilidades em mais este naufrágio mortal pois enquanto gasta centenas de Meticals em autocarros para a capital do país é incapaz de pagar a reabilitação de um batelão para o Chinde.

Ironia do trágico destino dos moçambicanos é continuar a ser governado por um partido que endividou-lhes em 2,2 bilhões de Dólares norte-americanos para comprar barcos que não os servem.

Governo não consegue vender Dívida Pública, embora investidores tenham liquidez de Meticais



O Governo de Filipe Nyusi voltou nesta terça-feira (07) a tentar vender Dívida Pública Interna para continuar a financiar o seu deficitário Orçamento de Estado, pretendia 2,8 bilhões de Meticais, mas os bancos comerciais voltaram a mostrar pouco interesse. As taxas de juro ainda altas, acima dos 20 por cento, propiciam mais rendimento aos investidores que tem abastada liquidez de Meticais emprestando aos moçambicanos do que ao Tesouro.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 12 →

OPV da Hidroelétrica de Cahora Bassa vai acontecer em Maio

A Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB) vai enfim lançar a Oferta Pública de Venda (OPV) de 7,5 por cento das suas acções, ainda durante o mês de Maio.

Texto: Adérito Caldeira

A anunciada abertura de parte do capital social da HCB aos investidores moçambicanos vai enfim acontecer dentro de poucos dias em Maputo numa cerimónia pública que o @Verdade apurou está marcada para 20 de Maio próximo.

A Hidroelétrica de Cahora Bassa é detida pelo Estado moçambicano com 92,5 por cento, desde 2007, sendo os restantes 7,5 por cento detidos pela empresa portuguesa Redes Energéticas Nacionais.

Não existem detalhes sobre a OPV que está a ser coordenada por um sindicato bancário que envolve o Banco Comercial e de Investimentos (BCI) e Banco BIG.

O @Verdade sabe que o momento do lançamento foi escolhido primeiro para garantir o cumprimento da promessa do Presidente de Filipe Nyusi, que afirmou que a Oferta Pública de Venda representa a “inclusão” dos moçambicanos



nos ganhos de uma das poucas Empresas Públicas rentáveis, e depois para aproveitar a liquidez que deverá inundar o sistema financeiro nacional durante o 2º semestre.

O @Verdade entende que os fluxos financeiros para Moçambique poderão ultrapassar os 2 bilhões de Dólares norte-

-americanos até o fim do ano como resultado da disponibilização dos apoios dos Parceiros de Cooperação para a reconstrução da província de Sofala assim como o início de investimentos bilionários na Área 1 do Bloco do Rovuma, assim que a Decisão Final de Investimento do consórcio for anunciada no próximo dia 18 de Junho.



→ continuação Pag. 11 - Governo não consegue vender Dívida Pública, embora investidores tenham liquidez de Meticais

Falhada a tentativa vender 3 bilhões de Meticais em Obrigações do Tesouro da 6ª, 7ª e 8ª Séries, no passado dia 23 de Abril o Executivo voltou à Bolsa da Valores para tentar obter fundos para financiar o Orçamento de Estado que este ano iniciou com um défice de 90,9 bilhões de Meticais.

Com as Obrigações do Tesouro 2019 – 6ª Série pretendia obter 1 bilhão de Meticais, com as Obrigações do Tesouro 2019 – 7ª Série queria 900 milhões, e mais 900 milhões tentava obter com as Obrigações do Tesouro 2019 – 8ª Série.

Porém, apesar da liquidez em moeda nacional existente no sistema financeiro, particularmente na posse dos bancos comerciais, os principais investidores na Dívida Pública Interna, não houve apetência pelos Títulos do Tesouro.

Ao contrário da percepção pública que os bancos comerciais não estão a comprar a Dívida Pública porque o seu stock está muito elevado e porque o Governo tem estado a dar calotes, pelo menos aos credores estrangeiros, o @Verdade sabe que a decisão está mais relacionada com o custo de oportunidade.

O @Verdade apurou que tendo em conta as taxas de juro ainda acima dos 20 por cento é mais rentável aplicar a liquidez que têm em depósito a prazo ou emprestando aos moçambicanos do que na Dívida Pública Interna que remunera entre 10 e 14 por cento e tem ainda contra si o facto de representar um compromisso de longo prazo, pelo

menos 2 anos, durante os quais muitas mudanças devem ocorrer na cada vez menos previsível economia moçambicana.

Governo conseguiu somente 740 milhões dos 3 bilhões de Meticais que pretendia

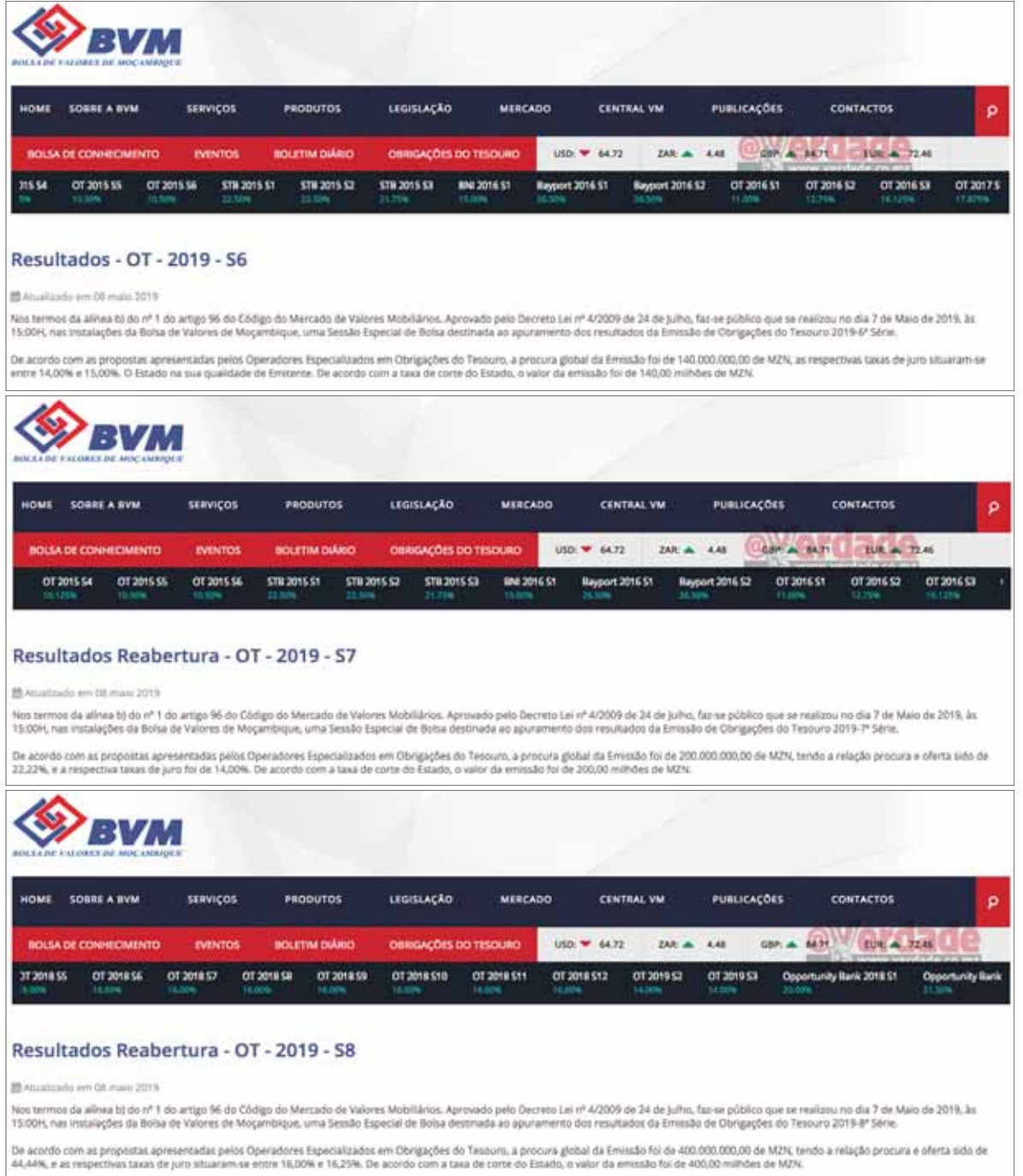
Após o leilão realizado na terça-feira (07) o Governo conseguiu com as Obrigações do Tesouro da 6ª Série apenas 140 milhões de Meticais. As Obrigações do Tesouro da 7ª Série renderam 200 milhões de Meticais enquanto com a 8ª Série arrecadou 400 milhões de Meticais.

Portanto dos 3 bilhões de Meticais que pretendia para financiar o Orçamento o Executivo conseguiu apenas 740 milhões de Meticais.

Desde que aumentou a espiral de endividamento Público Interno o Governo de Filipe Nyusi aumentou a Dívida Pública Interna em mais de 1000 por cento, desde 2015, elevando o serviço dessa dívida que em 2017 foi de 9 bilhões de Meticais para 19,7 bilhões em 2018 e este ano terá de pagar cerca de 24 bilhões de Meticais aos titulares das Obrigações e Bilhetes do Tesouro.

O @Verdade revelou que parte significativa das novas emissões de Títulos do Tesouro servem para pagar aos investidores dos Títulos de anos passados. Outra parte é usada para financiar o défice do Orçamento do Estado e até mesmo pagar salários.

De acordo com o Banco de Mo-



çambique a Dívida Pública Interna, sem incluir os compromissos

bancários do sector empresarial do Estado, era de 122 bilhões de

Meticais, cerca de 20 por cento do Produto Interno Bruto.

Juízes exigem segurança: "Não queremos mais juízes Silicas nem procuradores Vilanculos por falta de protecção"

A Associação Moçambicana de Juízes (AMJ) defende que o Estado deve criar mecanismos de segurança para os magistrados para evitar que estes desempenhem o seu papel, num clima de ameaças.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Num debate que teve lugar na quarta-feira, 8 de Maio, por ocasião do Dia do Juiz, a agremiação apelou à aprovação de um quadro legal que garanta a protecção dos profissionais da classe e que defina as instituições que vão zelar pela sua aplicação.

"Não podemos trabalhar num regime em que o juiz, a sua família, bem como os tribunais não têm segurança. O juiz é um servidor público e cabe ao Estado garantir a sua segurança", considerou Carlos Mondlane, presidente da AMJ, para quem esta questão não tem merecido a devida atenção.

Por exemplo, Carlos Mondlane apontou o facto de as contribuições relativas à segurança dos magistrados, enviadas pela AMJ e outras classes à Assembleia da República no âmbito da revisão do Estatuto dos Magistrados Judiciais, não terem sido incluídas no texto final.

"Ficámos seguros de que a matéria seria aprovada, mas quando saiu o texto final a parte que, para nós, era importante, não foi tida em conta, e continuamos a ter juizes que têm de fazer o papel de 'super-homem' para enfrentar todos os riscos inerentes à profissão", justificou Carlos Mondlane.



Para o presidente da AMJ, a segurança dos magistrados não deve ser vista como um privilégio, mas como uma necessidade: "Apesar da nossa luta, ainda não conseguimos lograr que fosse aprovado um quadro legal que garanta a nossa segurança, mas continuamos a ter juizes que estão a ser ameaçados. Nós não queremos mais juízes Silicas, procuradores Vilanculos e outros por falta de um elemento que cabe ao Estado: a protecção".

O debate teve como orador o antigo director nacional dos Serviços Penitenciários, Domingos Chame, que, na ocasião, sugeriu a criação de uma unidade técnica especializada para garantir a segurança do sector judiciário, à semelhança do que acontece em muitos países.

"A criação dessa unidade reduziria o nível de vulnerabilidade dos magistrados. Antes, as ameaças (aos profissionais da classe) eram presumidas, mas depois passaram a ser reais e ainda prevalecem", considerou Domingos Chame, que disse ser contra a alocação de armas aos magistrados por considerar que estes não estão preparados para (re)agir de forma rápida, segura e eficaz em caso de necessidade.

Entretanto, ainda de acordo com Domingos Chame, na falta de um quadro legal ou de uma unidade técnica, é possível, nas actuais condições, garantir a segurança dos magistrados.

"Existem instrumentos legais que podem ser aplicados para ultrapassar este problema. Por exemplo, os tribunais, a par de outras instituições, são definidos como instalações estratégicas, ou seja, são prioritárias quando se trata de matérias de segurança", explicou o orador, quando confrontado com a alegada falta de efectivo policial para guarnecer os tribunais em muitos pontos do País, principalmente nas horas de expediente, quando decorrem os julgamentos, deixando os magistrados numa situação de risco.

Menor portadora de albinismo raptada, assassinada e desmembrada em Nampula

Uma menor portadora de albinismo foi raptada, assassinada e desmembrada no passado dia 2 na Província de Nampula com o objectivo de traficar partes do seu corpo para o Malawi. É o segundo caso em 2019 de um mal que parecia controlado em Moçambique.

Texto: Redacção

De acordo com a Polícia da República de Moçambique a rapariga, menor de idade, foi raptada da residência dos pais no Distrito de Murrupula, assassinada numa mata e os seus braços e pernas decepados para serem vendidos no Malawi.

"Este é o segundo caso do género que registamos este ano em Nampula" revelou o porta-voz da corporação em Nampula, Zacarias Nacute, que disse ainda a jornalistas que nos dois casos os criminosos detidos indicaram como móbil do crime o interesse de compradores estrangeiros do Malawi e da Tanzania.

O assassinato de cidadãos portadores de albinismo em Moçambique atingiu níveis dramáticos entre 2015 e 2016 quando dezenas de cidadãos foram mortos e partes dos seus corpos foram traficados para feiticeiros que os usam em rituais que alegadamente trazem sorte e riqueza.

Na altura o @Verdade apurou que se pagava entre 2 mil Dólares norte-americanos (cerca de 160 mil meticais) por um membro ou 75 mil Dólares (aproximadamente 34,5 milhões de meticais) para um "conjunto completo".

Presidente do MISA Moçambique recomenda “profissionalismo” aos jornalistas como resposta à desinformação nas redes sociais

O presidente do Instituto de Comunicação Social da África Austral (MISA) em Moçambique recomendou aos jornalistas “um maior nível de profissionalismo onde os factos devem a cada momento serem testados e questionados antes da sua divulgação”, como resposta à crescente desinformação que é amplificada pelas redes sociais.

Intervindo na abertura do evento que em Maputo assinalou o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, Fernando Gonçalves começou por destacar o papel do jornalista durante os períodos eleitorais, “os eleitores precisam de estar devidamente informados sobre o tipo de ideias que cada uma das forças políticas tem a oferecer quando estiver no Governo. E é aqui onde se torna relevante o papel da imprensa como transmissor dessas ideias permitindo que o público eleitor faça escolhas numa base informada”.

“Para que a imprensa possa desempenhar cabalmente essa função é essencial que os seus agentes, que são os jornalistas, estejam em condições de actual num ambiente de liberdade, de independência e de pluralismo, livres de qualquer tipo de interferência e de intimidação”, declarou.

O presidente do MISA Moçambique enfatizou que: “Não há, nem poderá haver uma sociedade democrática que se dê ao luxo de prescindir dos valores de uma imprensa verdadeiramente livre”, afinal a Comunicação Social é o principal vector da Liberdade de Expressão.



Gonçalves alertou: “Nos dias que correm, e em parte em consequência dos avanços tecnológicos de que desfrutamos, a Liberdade de Imprensa tem sido ameaçada, também pela manipulação destes meios tecnológicos pela difusão de informação que é manifestamente falsa. Isto coloca os meios de comunicação social numa situação de descrédito perante o público e momentos eleitorais são férteis nestas práticas especialmente devido a determinação dos políticos de formatarem e manipularem o pensamento dos eleitores”.

“A resposta que deve ser dada a este fenómeno, por parte do sector convencional da Comunicação Social, é cada vez um maior nível de profissionalismo onde os factos devem a cada momento serem testados e questionados

antes da sua divulgação”, recomendou o presidente do MISA Moçambique que é um dos mais experientes jornalistas moçambicanos.

Na abertura da mesma conferência Eduardo Constantino, o secretário-geral do Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), concordou com o presidente do MISA Moçambique: “Hoje vemos como a confiança dos cidadãos no trabalho da mídia está desgastando-se de maneira perigosa. A mídia enfrenta uma série de desafios que, a longo prazo, poderão minar o seu papel de pedra angular nos sistemas democráticos”.

Relativamente ao “Jornalismo e Eleições em Tempo de Desinformação”, que foi um lema da data em Moçambique, Constantino disse: “Gostariamos muito sinceramente de ver a mídia moçambicana a desempenhar o seu papel primordial que é de informar e não de ser actor do processo como alguns já nos habituaram”.

Mas se o apelo do secretário-geral do SNJ era dirigido aos mídias independentes serve também para os órgãos de Comunicação Social públicos que são actores da propaganda do partido Frelimo.

Texto: Adérito Caldeira

Frelimo lança campanha eleitoral “nos próximos meses o nosso mais importante projecto é vencer as eleições”

Sempre em pré-campanha eleitoral o presidente do partido Frelimo anunciou neste domingo (05) que a assistência humanitária às vítimas dos ciclones, o esclarecimento das dívidas ilegais dentre outros dramas enfrentados pelos moçambicanos deixaram de ser prioritários: “Nos próximos meses o nosso mais importante projecto é vencer as eleições e é o que faremos”, afirmou Filipe Nyusi.

Tal como o @Verdade havia prognosticado o Ciclone IDAI salvou Filipe Nyusi de um incómodo desafio interno como candidato do partido Frelimo às Presidenciais de Outubro próximo.

O presidente do partido Frelimo que abriu a terceira sessão do Comité Central apelando a união dos membros, “Não podemos permitir que os nossos inimigos de ontem e de hoje usem-nos como descartáveis” declarou na passada sexta-feira (03), encerrou a reunião magna deixando claro neste domingo (05) que importante é manter o poder em Moçambique nos próximos 5 anos: “Esta é a nossa Frelimo, um verdadeiro oásis de democracia onde a partir da diferença de ideias se constrói um projecto comum que deve ser assumido por todos os membros. Nos próximos meses o nosso mais importante projecto é vencer as eleições e é o que faremos”

“Inspirados no nosso percurso cinquentário que nos ensinou que a vitória



organiza-se, a vitória prepara-se, definimos nesta sessão as estratégias que vão reger o trabalho de base que conduzirá a Frelimo a mais um mandato na Presidência da República, ao aumento do número de assentos na Assembleia da República e nas Assembleias provinciais, e a governação de todas as províncias” definiu Nyusi como metas para as Eleições de Outubro.

Avaliando positivamente os seus 5 anos de governação, apesar de todas evidências em contrário, o partido que governa Moçambique desde 1975 elencou como prioridades do seu ma-

nifesto estratégias decalcadas das recomendações do Banco Mundial e dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentáveis das Nações Unidas, afinal é daí que virá o dinheiro para as implementar.

“No próximo ciclo da implementação da estratégia nacional seleccionamos três prioridades sustentadas por dois pilares a saber. Sendo as seguintes prioridades o desenvolvimento do capital humano; emprego, produtividade e competitividade; e desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais”, nomeou Filipe Nyusi.

Segundo o presidente do partido Frelimo essas “prioridades serão sustentadas por dois pilares nomeadamente Estado de Direito e Boa governação; consolidação da Descentralização governativa, ambiente macroeconómico equilibrado e sustentável e uso de receitas de recursos naturais para financiar principalmente a transformação e modernização da Agricultura e do Turismo”.

→ continuação Pag. 05 - Banco Mundial doa 500 milhões de Dólares directamente ao “saco azul” do Governo da Frelimo

Recorde-se que apesar da suspensão do Programa financeiro do Fundo Monetário Internacional, em 2016, o Banco Mundial nunca suspendeu o seu apoio financeiro ao nosso país. Em 2016 disponibilizou o equivalente a 12,3 biliões de Meticais, em 2017 outros 9 biliões de Meticais e em 2018 mais 11,8 biliões de Meticais.

Aliás antes do anúncio destas doações a instituição financeira bilateral tinha colocado à disposição de Moçambique 90 milhões de Dólares para Fortalecer a Resiliência de Moçambique à Desastres Naturais, dos quais 9 milhões foram para ajuda de emergência relacionada com o Ciclone IDAI.



Importa ainda recordar que o @Verdade revelou que a partir dos fundos disponibilizadas pelos parceiros de cooperação e pelo Banco Mundial sucessivos governos do partido Frelimo criaram e mantêm um “saco azul” à margem do Orçamento de Estado, desde 1999. Identificado pelo Tribunal Administrativo como Saldos de Caixa tinha acumulado em 2017 mais de 63 biliões de Meticais.

MITESS lança Plataforma de Gestão do Sistema de Informação do Mercado do Trabalho

O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS), no âmbito da modernização do Sistema de Informação do Mercado do Trabalho, realiza uma cerimónia de lançamento da Plataforma de Gestão do Sistema de Informação do Mercado do Trabalho, a ter lugar no dia 9 de Maio de 2019, na Direcção Nacional de Observação do Mercado do Trabalho (no antigo edifício do MITESS).

Texto: www.fimdesemana.co.mz

A cerimónia a ser orientada por Vitória Dias Digo, ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, contará com a participação de parceiros sociais, de cooperação e das instituições públicas e privadas que constituem as fontes chave de informação que alimentam o sistema.

A plataforma irá imprimir uma nova dinâmica na análise do comportamento do mercado do trabalho com base em estatísticas fiáveis, contribuindo para a formulação de políticas e programas de desenvolvimento de habilidades, criação de oportunidades de emprego digno, crescimento e integração económica.

A modernização do Sistema de Informação do Mercado do Trabalho teve o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) no âmbito do Projecto de Geração de Emprego e Melhoramento de Renda (PROGER) coordenado pelo Instituto de Promoção de Pequenas e Médias Empresas (IPEME) e da Organização Internacional de Trabalho (OIT), através do Projecto de Promoção do Trabalho Digno para uma transformação económica, sustentável e inclusiva em Moçambique (MozTrabalha) inserido na assistência técnica à implementação das principais componentes da Política de Emprego aprovada pelo Governo em 2016.

→ continuação Pag. 04 - Empresários desmentem Nyusi, perspectivas caíram "para o nível mais baixo em quase dois anos e meio" em Moçambique

que era o partido que mais chances lhe dava de ascenderem a postos de prestígio em relação ao MDM. Outro exemplo que mostra os limites da concentração das razões da crise do MDM no tribalismo é a deserção de membros da ASSEMONA como Ossufo Rajá, um macua, para a Renamo, que podemos suspeitar dever-se ao facto de este ser o partido com mais chances de permitir-lhe ser eleito presidente do município, como acabou por verificar-se nas eleições de 2018.

Se o tribalismo não é o principal motivo da deserção dos membros filiados em alguns dos pequenos partidos políticos moçambicanos, a verdade é que essa tem sido a impressão criada pelas acusações que os principais cargos no MDM são dominados por pessoas de Sofala e da família do Daviz Simango. Isto sugere

que o MDM não se distingue dos partidos que surgiram por toda a África Subsariana, na sequência da introdução do multipartidarismo em finais dos anos 1980, essencialmente mais étnicos e clientelistas do que programáticos ou ideológicos (Elisher 2008).

Conclusão

Pelo que mostram as evidências disponíveis, algumas delas partilhadas neste texto, os partidos resultantes dos dissidentes do MDM, não conseguiram captar o eleitorado do partido do Daviz Simango, tendo até obtido piores resultados que este e correm sérios riscos de desaparecerem prematuramente. É preciso lembrar que se está num contexto em que o acesso ao poder político é para muitos a fonte primária para a sobrevivência. Estes

partidos, à semelhança do que acontece com a maior parte da oposição moçambicana, debatem-se com escassez de recursos (financeiros, humanos e materiais) e não possuem nenhuma base social, mesmo nas zonas de origem dos seus dirigentes. A participação em apenas algumas autarquias e os fracos resultados obtidos em Nampula, corroboram esta tese.

Se estes novos partidos não conseguiram suplantar o MDM, não se pode pôr de parte que o impacto negativo das deserções deste partido tenha favorecido a Renamo, partido que mais tem atraído as figuras de proa que até aqui abandonaram o partido de Daviz Simango. Os resultados eleitorais de 2018 evidenciaram os riscos que o MDM corre se não mudar a forma como gere as relações internas entre os seus membros, num momento em que se aproxima mais um ciclo

eleitoral em 2019. Paralelamente, se a principal motivação dos dissidentes do MDM é recuperar noutros partidos eventuais protagonismos e benefícios que poderão ter perdido, os resultados que obtiveram nos pleitos em que concorreram é o melhor teste às suas aspirações. Não menos importante, a ausência de democracia interna e as nomeações com base em afinidades familiares ou étnicas são motivos suficientes para desacreditar o discurso do MDM contra a Frelimo e a Renamo, ao acusá-los de não serem inclusivos, ou de serem apenas partidos de e para "alguns moçambicanos".

Por Sérgio Chichava

¹ Candidato do MDM nas eleições locais de 2013 e deputado pelo mesmo partido entre 2014 e 2018.

² Na altura, edil de Quelimane eleito em 2013 pelo MDM.

³ Na altura, responsável do Departamento de Mobilização e Propaganda do MDM e deputado na Assembleia

da República pelo mesmo partido entre 2014 e 2019.

⁴ Na altura, deputado pelo MDM na Assembleia da República.

⁵ Havia sete municípios em Nampula em 2013.

⁶ O outro assento era detido pela Associação Artesanal Uiuipi-Pemba Cabo Delgado (AAUPEC), que obteve um mandato em Chiúre, por sinal, o único município em que concorreu.

⁷ Antes de se juntar a ASSEMONA, Ossufo Rajá já tinha sido membro da Frelimo.

Referências

Hanlon, J., "Resultados finais das eleições autárquicas de 2013." (2013), Moçambique Political Process Bulletin, 54 (Part 2), Maputo (23 de Dezembro).

Senda, R.; Nhampossa, A., (2016) "Daviz Simango é Ditador. Divórcio de Mahumudo Amurane e o MDM quase consumado", Savana, Maputo (2 de Junho).

Comissão Nacional de Eleições (2018). Moçambique. Resultados das eleições autárquicas 2018.


Elisher, S. (2008). "Do African Parties Contribute to Democracy? Some Findings from Kenya, Ghana and Nigeria", Africa Spectrum, Vol. 43, No. 2 (2008), pp.175-201.


 goste de nós no [facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)


Jornal @Verdade


SELO: Poder popular e manifestações pacíficas em África, Por que Moçambique é actualmente uma excepção? - Por Raúl Barata Sudão e Argélia foram dois países que recentemente tornaram-se notícia a nível internacional pelos protestos pacíficos que depuseram os seus respectivos presidentes nomeadamente Omar Al Bashir e Abdelaziz Bouteflika. Em África, as manifestações e os protestos populares pacíficos contra um determinado governo do dia, uma figura política ou uma decisão do governo não são uma novidade. Na África Austral, num passado não muito distante, registaram-se em países como África do Sul, Zimbabwe, Quênia e Madagáscar manifestações de ordem pacífica. Em Moçambique, no entanto, apesar de ser um país que pode ter como exemplos os vários casos de manifestações em países da região, não tem seguido por esse caminho. A pergunta que se coloca é: Por que razões em Moçambique ultimamente não se registam manifestações populares pacíficas mesmo diante da má governação e gestão da coisa pública?


<http://www.verdade.co.mz/vozes/37/68484>


 **Antonio Alicete** Deve haver um órgão para convocar as manifestações. Sociedade Civil ou um partido político! · 3 h

 **David Parente** Durante anos de opressão colonialista e seguida pela opressão frelimista, os cidadãos temem pela vida reclamar qualquer direito. As gerações mais velhas tinham a esperança que um dia seriam livres para dizerem de sua justiça, mas infelizmente ao fim de mais de quarenta anos de independência continuam a viver na miséria e oprimidas. As gerações mais novas foram formatadas de forma aceitar e a servir uma política dirigida por um só partido. Como todos sabemos, qualquer moçambicano está sujeito a uma pressão por parte do poder político, que o limita na sua liberdade de expressão e de manifestação. Temos exemplos dos jovens que usaram o tema das "dívidas ocultas", da prisão de ex-ministros e são logo reprimidos. Várias manifestações pacíficas reprimidas pela polícia de intervenção e pelo exército, e para não falar na autocensura dos média, etc. · 5 h


 **Fernando Massuanganhe** Quem tomará o cajado para liderar essas manifestações, se o oportunismo malicioso é nossa identidade? · 6 h


 **Salvador Guerra** Estamos cansados de morrer. É so isso nós nao vivemos nao andamos nao dormimos nao temos saude e nem escola do governo. So queremos paz. Estamos fardos de morrer · 9 h


 **Lírio Matsinhe** Aqui se vc não aguenta viver na cidade, dizem vai ao mato, porque a cidade noe para todos! Se não gosta da TVM, RM ou jornal notícias, troca para outras fontes de informação! Por isso estamos do jeito como estamos, mas em outubro não haverá nenhuma fraude vou votar, sair pra casa e quando estiver perto das 18:00 volto para a contagem voto por voto! Eu acho até que na revisão eleitoral esse aspecto devia ter sido incluído para ser lei e evitavamos muita coisa kkkk. Não falei nada eu · 12 h


 **Nicolau Havara** Para mim penso que ainda a paciência do moçambicano


não esgotou. Quando esgotar será espontânea, essas coisas não precisa forçar. · 10 h


 **Maingue Dane Chindotana** Vai chegar o tempo de Deus e já chegou, sabiam qui um dia Chang iria parar na cadeia? Mas hoje sta lá e se dependesse da RSA já staria fora da cadeia este é o início da justiça de Deus quem crê verá o desfecho deste caso... · 7 h


 **Victor Rego** Nao é aqui a famosa terra de "Boa Gente"? · 1 h

 **Ana Augusto** Já passamos por muito e se perderam muitas vidas e não resolveu nada. O povo moçambicano não quer mais mortes de inocentes. E também porque a oposição nada oferece melhor. Mudamos os governantes e ficamos ainda pior. Infelizmente é assim. Vamos tentar sobreviver. Já basta ver vermos a morte em Cabo Delgado que até hoje não sabemos quem são e o porquê de estar a matar inocentes (será por causa do petróleo gaz e dos rubis,) o mais estranho até o governo não se preocupa com tal situação... muito triste · 9 h


 **Zulficar Gani** Ana Augusto talvez o governo nao se preocupa por se tratar de seus proprios capangas a fazerem as matanças para afugentar o povo e ninguem poder ver o que realmente se passa la · 6 h


 **Pinheiro Junior** Pensam que as eleições resolvem, não aprendem com os cenários de Monapo, Matola, Marromeu, etc. · 11 h

 **Kino Florentino Silva** Temos medo de exigirmos o nosso direito! · 12 h


 **Felizardo Casimiro** Está interessado em ver manifestações em Moçambique? Se tem forças porque não vai ajudar a combater os insur-


gentes em Cabo Delgado? · 11 h


 **Carlos Rodrigues** Quando não temos nada a escrever e só dá isso. Abaixo a confusão. · 11 h


 **Ama Deus Buque** Por mim há muita traição apartir do GOVERNO do dia até ao próprio povo. O GOVERNO não gosta de ser dito a verdade daí mata o povo quando quer manifestar se. O povo pra além de medo de ser morto até nem consegue escolher a mudança pra ver no que dá. · 9 h


 **Heraclito Macamo** Medrosos somos. · 12 h


 **Mano DU** Penso que por simples intimidação e exibição da musculatura policial por parte do governo dia. Por exemplo, sempre que se fala duma possível manifestação como protesto pela subida do preço de algo, dia 05 nas primeiras horas, as entradas da cidade e algumas partes dos subúrbios, são invadidos por policia armados até aos dentes, com reforço da unidade canina. Ademais, os trâmites para realização de manifestações, deviam ser revistos. · 10 h


 **Lorena Sasha Dos Santos** Mano DU eu acho qui policia...caninos nao sao o problema. Mais sim qui nos somos covardes. Em todos paises mencionados pelo journal pessoas sofrerao todo tipo de aggressao para chegar onde chegaram. · 10 h

 **Ailton Nelson Slim Chaudapar Jr.** AQUI ATÉ O CHEFE DO QUARTEIRÃO É DO PARTIDO NO PODER E ISSO FACILITA PARA JUVENTUDE · 12 h


 **Paulo Macandza Mnisi** Porque a educação é péssima. Educa se pra servir,logo a maioria n sabe exigir (sao panyonyos) · 13 h


 **Mito Mbota** Porque vivemos um colonialismo disfarçado... Aqui, o direito à manifestação ainda não legítimo, pelo contrário, é fortemente repudiado pelo regime. · 9 h


 **Ilidio Pina** any mistaks one bollet... · 12 h


 **Julio Carimo** We are bunch of freaky losers... · 6 h


 **Mário Jac Jac** Ninguém quer MORRER · 13 h


 **Dalfino Panachande** Vão para França aos sábados. E que quiser fazer manifestação pacífica siga as regras. Ninguém é proibido. · 12 h

 **Sebastiao Muabsa** A nossa geração cresceu com xucha na boca e essa juvey não é enganada é o vosso tempo nós crescemos nos tempos de opressão chanbocos por isso não e fácil vocês jovem devem lutar pelo vosso futuro · 4 h

 **Santos Maite Silvestre** Ninguém quer morrer pronto · 10 h

 **Sam Mazive** IMPUNIDADE e despreparo da policia ja levaram inumeras vidas, e o povo com coragem é a menoria · 12 h

 **Helder Sitole** Pork os policia e militares tem ordens do regime da Frelimo para matar quem se atrever a sair a rua para manifestar contra o regime. · 13 h

 **Zito Abel** Porque em Moçambique o povo é tratado como lixo e animais, a policia na sua actuação não observava alguns principios de direitos humanos, a força policial é violenta e o povo tem medo e também perseguições pós greve, · 13 h